



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

REITORIA
Conselho Superior
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 , gabinete.reitoria@ifrr.edu.br
www.ifrr.edu.br

Resolução CONSUP/IFRR N° 797, de 1 de agosto de 2024.

Aprova a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Campus Avançado Bonfim.

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Ad referendum* deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.001395.2023-44.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *Campus Avançado Bonfim*, conforme Anexo.

Art. 2.º Fica revogada a Resolução 713/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de dezembro de 2022.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 1 de agosto de 2024.

Nilra Jane Filgueira Bezerra
Presidente do CONSUP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira

REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Nílra Jane Filgueira Bezerra

PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

Aline Cavalcante Ferreira

DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Maria Eliana Lima dos Santos

DIRETORA ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM

Claudete Correa dos Santos

COORDENADORA DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA

Rommel Rocha de Sousa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

André Ferreira Silva

Claudete Correa dos Santos

Edineide Cristina Alexandre de Souza

Karla Cristina Tabosa Machado

Rommel Rocha de Sousa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. Perfil Institucional
- 1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR
 - 1.2.1 Missão
 - 1.2.2 Visão de Futuro
 - 1.2.3 Valores
 - 1.2.4 Propósito
- 1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR
- 1.4 Histórico do *Campus* Avançado Bonfim

2. JUSTIFICATIVA

3. OBJETIVOS

- 3.1 Objetivo Geral
- 3.2 Objetivos Específicos

4. REGIME LETIVO

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

- 5.1 Requisitos de acesso
- 5.2 Requisitos de permanência

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

- 6.1 Área de atuação do egresso
- 6.2. Acompanhamento do egresso

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

- 7.1 Estrutura Curricular
- 7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo
- 7.3 Ementário
- 7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

- 9.1 Prática Profissional Supervisionada
- 9.2 Estágio Profissional Supervisionado
- 9.3 Projetos
- 9.4 Prática Profissional Integrada

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

14. APOIO AO DISCENTE

- 14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas
- 14.2 Assistência Estudantil
- 14.3 Apoio Pedagógico

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

16. CONSELHO DE CLASSE

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- 17.1 Do processo de ensino-aprendizagem
- 17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores
- 17.3 Procedimentos de avaliação do curso

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

18.3 Política de Educação Ambiental

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

22. REFERÊNCIAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome do IF/ *campus*: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – *Campus* Avançado Bonfim (CAB)

CNPJ: não possui.

Eixo Tecnológico de atuação do *campus*: Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

Esfera Administrativa: Federal

Endereço completo: Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de Maio, Bonfim, Roraima. CEP: 69.380-000

Telefone(s): (95) 98420-9362.

Site do *campus*: bonfim.ifrr.edu.br

Reitora: Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino: Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão: Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Adnelson Jati Batista

Diretora do *Campus*: Maria Eliana Lima dos Santos

Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do *Campus*: Claudete Correa dos Santos

Equipe de Elaboração do PPC:

PORTARIA Nº 4003/GSB-CAB/IFRR, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023

André Ferreira Silva (1058140)- Presidente;

Claudete Correa dos Santos (1089732); e

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960).

PORTARIA Nº 0418/GSB-CAB/IFRR, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024

Rommel Rocha de Sousa (1771431)- Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325).

PORTARIA Nº 2295/GSB-CAB/IFRR, DE 18 DE JULHO DE 2024

Rommel Rocha de Sousa (1771431)- Presidente;

André Ferreira Silva (1058140);

Claudete Correa dos Santos (1089732);

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960); e

Karla Cristina Tabosa Machado (1150325).

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Modalidades de oferta: Presencial

Turno de funcionamento: Matutino/Vespertino

Periodicidade de oferta: Anual

Número de vagas ofertadas: 35

Carga horária máxima do curso: 1.200 (mil e duzentas) horas de componentes curriculares obrigatórios + 40 (quarenta) horas para componente curricular optativo, totalizando 1.240 (mil duzentas e quarenta) horas.

Carga horária total obrigatória: 1.200 (mil e duzentas) horas

Regime Letivo: Modular

Título outorgado: Técnico em Agroecologia

Proposta: reformulação

Duração prevista: 06 (seis) semestres

Integralização curricular mínima: 06 (seis) semestres

Integralização curricular máxima: 09 (nove) semestres

Coordenadora do Curso: Rommel Rocha de Sousa

Resolução de Autorização de Funcionamento: Resolução 678/2022 - CONSUP/IFRR, de 7 de julho de 2022.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na Figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria



Fonte: IFRR.

Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o *Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônidas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso

mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

1.2. Missão, visão de futuro e valores do IFRR

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

1.2.1 Missão

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

1.2.2 Visão de Futuro

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

1.2.3 Valores

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

Inclusão Social:

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

Ética e Transparência:

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

Responsabilidade Socioambiental:

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

Gestão Democrática:

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

1.2.4 Propósito

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.

1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD



Fonte: IFRR.

A Figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

Etapa 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica,

com 105 alunos, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

Etapas 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

Etapas 3: Escola Técnica Federal de Roraima

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série –, atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

Etapas 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, a comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em Cefet-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaraí, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o Cefet-RR foi contemplado com outra Uned, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

Etapas 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sanciona a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o Cefet-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição é contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR.

1.4 Histórico do Campus Avançado Bonfim

O processo de criação do Campus Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do Campus Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionaria provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o *campus* estava vinculado ao *Campus Boa Vista* (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº.1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

Até o primeiro semestre de 2022, o CAB já formou mais de 800 (oitocentos) estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, oferta de cursos de graduação e maior diversidade formativa. O Eixo tecnológico em que se insere o curso é o de Eixo de Gestão e Negócios.

2. JUSTIFICATIVA

O Técnico em Agroecologia é um profissional habilitado para atuar de forma integrada e sustentável na produção agrícola, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Sua formação permite planejar, organizar e dirigir a produção agropecuária e agroextrativista, aplicando Boas Práticas de Produção Agrícola (BPA) e métodos agroecológicos. Esse profissional é responsável por executar e monitorar projetos que envolvem o manejo do solo, das matas e das florestas, bem como a produção de mudas, sementes e o gerenciamento de programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos. Além disso, ele elabora laudos, pareceres, relatórios técnicos e projetos, incluindo a incorporação de novas tecnologias e práticas sustentáveis.

A atuação do Técnico em Agroecologia vai além da produção agrícola, abrangendo também a assistência técnica e assessoria em projetos e pesquisas tecnológicas, a certificação agroecológica e a gestão de propriedades agroecológicas. Esse profissional tem um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na preservação dos recursos naturais, sendo capaz de aplicar práticas de conservação do solo e da água, métodos de controle de pragas e doenças, e garantir a qualidade dos produtos agroecológicos. Sua competência em operar máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, bem como sua habilidade em trabalhar em equipe, são fundamentais para o sucesso de iniciativas integradas de agricultura familiar e a implementação de programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial.

Bonfim é um município situado no estado de Roraima, na fronteira com a Guiana. Com uma população estimada de 13.287 habitantes, segundo os dados mais recentes do IBGE, Bonfim se destaca pela sua diversidade cultural e econômica. A cidade cobre uma área territorial

de 8.095,408 km², resultando em uma densidade demográfica baixa, de aproximadamente 1,6 habitantes por km², o que reflete a predominância de áreas rurais e uma significativa presença de espaços naturais. A localização estratégica na BR-401, que conecta Boa Vista, a capital do estado, à fronteira com a Guiana, é um ponto crucial para o comércio e a integração regional (IBGE, 2022).

A economia de Bonfim é fortemente baseada na agropecuária, com destaque para a criação de gado bovino e a produção de culturas como arroz e milho. Essa vocação agrícola é complementada por práticas de agroextrativismo e sistemas de produção agroecológicos, especialmente relevantes para o curso técnico oferecido no município. O PIB per capita de Bonfim é de R\$ 41.131,03, e a taxa de ocupação da população é de 8,39%, colocando o município de Bonfim na 8ª colocação o estado de Roraima. Estes indicadores refletem desafios e oportunidades no desenvolvimento econômico e social da região, onde a agricultura sustentável pode desempenhar um papel transformador.

Em termos de infraestrutura, Bonfim dispõe de serviços básicos de saúde e educação, essenciais para a qualidade de vida de seus habitantes. A taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos é de 91,9%, demonstrando um compromisso com a educação básica. No entanto, o município ainda enfrenta desafios relacionados à expansão e melhoria desses serviços, especialmente nas áreas rurais e comunidades indígenas. A forte presença de povos indígenas na região não só enriquece a diversidade cultural, mas também influencia a economia local e a preservação ambiental, destacando a importância de práticas sustentáveis e inclusivas.

O clima equatorial de Bonfim, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, favorece a agricultura e a criação de animais. Essa condição climática, aliada à localização geográfica e à diversidade de recursos naturais, cria um ambiente propício para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção. A implantação do curso técnico em agroecologia no município é uma iniciativa estratégica que visa capacitar os moradores locais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e fortalecendo a economia regional. Além disso, a formação de técnicos especializados contribuirá para a conservação dos recursos naturais e para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais e indígenas de Bonfim.

Os dados do censo agropecuário de Bonfim, IBGE (2017), revelam que o município possui uma área total de 394.361 hectares dedicada aos estabelecimentos agropecuários. Dentro dessa área, uma parte significativa é usada para pastagens e a produção agrícola, com uma subdivisão entre culturas permanentes e temporárias. A diversificação das atividades agrícolas e o manejo sustentável dessas áreas são essenciais para a sustentabilidade econômica e ambiental da região, onde a atuação do Técnico em Agroecologia é fundamental. Esse profissional pode implementar práticas de manejo sustentável e promover a diversificação das atividades, aumentando a resiliência dos sistemas de produção locais.

As lavouras permanentes em Bonfim incluem a produção de frutas e outras culturas que são colhidas continuamente ao longo dos anos. Os destaques das maiores produções incluem culturas como maracujá e a banana, que ocupam áreas significativas e geraram receitas na ordem de R\$ 1.490.199,00 e R\$ 352.930,00 respectivamente, contribuindo significativamente para a economia local. O Técnico em Agroecologia pode atuar na melhoria dessas produções através da introdução de práticas agroecológicas, como o uso de compostagem, controle biológico de pragas e a diversificação de cultivos, que ajudam a aumentar a produtividade e a sustentabilidade das lavouras permanentes.

Nas lavouras temporárias, Bonfim destaca-se pela produção de arroz, soja, milho, mandioca e melancia, que são culturas essenciais para a subsistência e o comércio. Com destaque para o arroz e soja, que juntos somaram mais de R\$ 60.000.000,00 em receitas em 2017. Essas culturas ocupam vastas áreas e demandam um manejo cuidadoso para evitar a degradação do solo e garantir a produção sustentável. O Técnico em Agroecologia pode aplicar técnicas como a rotação de culturas, o uso de adubos verdes e a gestão integrada de pragas, visando a manutenção da fertilidade do solo e a redução do impacto ambiental, promovendo uma agricultura mais sustentável e produtiva.

A pecuária em Bonfim é uma atividade de grande importância, com destaque para a criação de gado bovino, que ocupa uma parte significativa das áreas de pastagem. Com destaque para a produção de leite, sendo uma fonte vital de renda para muitos produtores rurais. A atuação do Técnico em Agroecologia é crucial para a implementação de práticas de manejo sustentável, como a rotação de pastagens, o uso de sistemas silvipastoris e a gestão eficiente da alimentação animal. Essas práticas não só melhoram a produtividade e a saúde dos rebanhos, mas também contribuem para a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade a longo prazo das atividades pecuárias no município.

Diante deste cenário de potencial desenvolvimento econômico, é pertinente que o CAB, que se insere neste contexto, ofereça cursos técnicos de nível médio no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, área de Agroecologia, os quais contribuirão para os egressos atuarem no mundo do trabalho e por consequência que os mesmos obtenham renda.

O campus possui, em seu quadro técnico, profissionais qualificados para atender esta demanda e proporcionar o desenvolvimento dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável, local e regional.

Foi orientando-se por esse contexto socioeconômico e cultural que, no ano de 2022, foi aprovada a proposta pedagógica do curso Técnico em Agroecologia Concomitante do CAB, por meio da Resolução Resolução 713/2022 - CONSUP/IFRR, de 27 de dezembro de 2022. A referida proposta justificava a criação do curso pela possibilidade que se apresentava ao IFRR de estender suas ações até o município de Bonfim e às comunidades de seu entorno e devido aos baixos índices socioeconômicos e altos índices de desigualdades persistentes na região, que demandam o desenvolvimento de ações para a inserção produtiva no mundo do trabalho e a inclusão social de seus cidadãos.

Considerando essas proposições, o campus tem se empenhado desde 2018 em proporcionar cursos técnicos concomitantes, forma articulada de Educação Profissional Técnica de Nível Médio que, conforme a Organização Didática (IFRR, 2023), consiste em sua oferta a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino.

Nessa perspectiva, considerando que a cidade de Bonfim possui apenas uma escola de Ensino Médio, a qual demonstrou interesse na implantação de cursos técnicos concomitantes, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima nº 03/2022 celebrado entre o IFRR/CAB e a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEED) com o objetivo de ofertar vagas para o ingresso em cursos técnicos, na modalidade concomitante, para estudantes regularmente matriculados na primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Ademais, é importante destacar que a oferta dos cursos concomitantes contribui para a realização da missão do IFRR, proporcionando formação humana integral a esses estudantes no decorrer da realização do Ensino Médio, com vistas a oferecer formação profissional aos jovens que concluem a etapa da educação básica, facilitando o ingresso no mundo do trabalho de estudantes que necessitam contribuir com a renda familiar.

Assim, a oferta de cursos técnicos concomitantes permite aos estudantes que ao concluírem o Ensino Médio, concluam também um curso técnico profissionalizante. Atualmente os estudantes egressos do Ensino Médio possuem como opções, além do ingresso no mundo do trabalho – que em muitos casos não se dá de forma imediata, o que contribui para os índices de desemprego e/ou informalidade, ou ocorre de forma precarizada –, a realização de cursos técnicos subsequentes ou de formação inicial e continuada no IFRR/CAB, o ingresso em um dos cursos superiores ofertados na modalidade à distância na sede de Bonfim ou o deslocamento para a capital Boa Vista para cursar a Educação Superior nas instituições ali sediadas, o que gera mudanças na vida do jovem para as quais nem sempre está adequadamente preparado.

No caso de ingresso no mundo do trabalho, os dados apresentados anteriormente demonstram que o setor do agronegócio, apresenta grandes oportunidades para profissionais que atuam nessa área. Dessa forma, a formação de Técnicos em Agroecologia torna-se crucial para atender à demanda por práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras. Esses profissionais são capacitados para implementar técnicas de manejo integrado, promover a sustentabilidade ambiental e aumentar a produtividade das culturas e criações. A presença de um técnico qualificado pode transformar a realidade das propriedades rurais, introduzindo métodos que preservam os recursos naturais, melhoram a qualidade do solo e reduzem a dependência de insumos químicos. Com a aplicação de práticas agroecológicas, o Técnico em Agroecologia pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do agronegócio em Bonfim, impulsionando a economia local e garantindo a viabilidade a longo prazo das atividades agrícolas e pecuárias.

Nesse sentido, o CAB possui a oportunidade de se antecipar e agir como agente indutor de desenvolvimento ao ofertar o curso Técnico em Agroecologia Concomitante para os jovens que saem do Ensino Fundamental, disponibilizando melhor qualificação profissional a esses jovens que precisam ingressar no mundo do trabalho logo após a conclusão do Ensino Médio.

Portanto, a proposta deste curso técnico concomitante é agregar valor à formação do estudante, otimizando também seu tempo, para que, ao final do período de 3 (três) anos, receba o certificado do Ensino Médio com formação técnica em Agroecologia, habilitando-o para o ingresso no mundo de trabalho em condições mais adequadas para o seu futuro profissional e às demandas apresentadas pelas organizações.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Oferecer qualificação profissional técnica em Agroecologia fundamentada nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética – capaz de planejar, elaborar, executar, comunicar e avaliar práticas agrícolas adequadas às necessidades socioambientais contemporâneas que promovam o desenvolvimento rural sustentável no município de Bonfim-RR.

3.2 Objetivos Específicos

Formar profissionais capazes de:

- a. Atuar em processos de desenvolvimento local, como técnicos, que consigam dinamizar as unidades de produção; Administrar os conhecimentos científicos e tecnológicos atendendo à demanda na área da Agroecologia;
- b. Desenvolver ações com senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura, atentos as novas propostas de projetos para o campo;
- c. Propor formas de produção e organização baseadas na solidariedade, na ética, na cultura, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, fortalecendo o espírito cooperativo e associativo;
- d. Desenvolver ações voltadas à produção de alimentos saudáveis e de elevado valor biológico, isentos de resíduos de agroquímicos e outros contaminantes intencionais;
- e. Atuar conscientes da importância do uso sustentável dos recursos naturais, por meio da preservação ambiental, da economia solidária e

da valorização cultural, também na perspectiva das políticas públicas para ações iniciadas e sustentadas pelas entidades e movimentos sociais do campo;

- f. Discutir os fundamentos da produção ecológica tais como manejo da biodiversidade, visão sistêmica da unidade produtiva, conversão, fertilidade, trofobiose, diversificação, manejo ecológico do solo, de culturas e animais.

4. REGIME LETIVO

- a) número total de vagas anuais: 35
- b) número de turmas: 01 (uma)
- c) carga horária do curso (em horas-relógio): 1.200h obrigatórias
- d) período letivo: modular
- e) tempo mínimo e máximo para a integralização do curso: 6 (seis) e 9 (nove) semestres, respectivamente.

5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

5.1 Requisitos de acesso

A oferta de vagas para o ingresso no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio, destina-se a alunos que estejam devidamente matriculados na primeira série do Ensino Médio no Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara (CEM XVII AJA).

Conforme o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2022, são responsabilidades da SEED por intermédio do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara realizar processo seletivo para ingresso dos estudantes, que será realizado por ordem de inscrição.

O IFRR/CAB ofertará os componentes curriculares da área profissional do curso técnico concomitante no contra turno em que o estudante estiver cursando os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Médio Regular.

5.2 Requisitos de permanência

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima,, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes implementados por meio de programas, projetos e ações que visam assegurar aos estudantes a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva de formar cidadãos, críticos, reflexivos, políticos e éticos, para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil será estruturada pelo Comitê de Assistência Estudantil e pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil (GTAE), que são órgãos de apoio à Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil e às equipes de Assistência Estudantil dos campi.

Segundo o artigo 11 da Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, a Política de Assistência Estudantil do IFRR será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Inclusão Digital;
- VI. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte
- VIII. Programa de Auxílio Creche;
- IX. Programa de Apoio à Participação em Eventos;

X. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;

XI. Programa de Apoio Pedagógico;

XII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;

XIII. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada campus, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

5.3 Requisitos de mobilidade acadêmica

No âmbito do IFRR, a mobilidade acadêmica é regida por meio da Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica nacional e internacional por intermédio de convênios celebrados com instituições de ensino brasileiras e estrangeiras.

Segundo a referida Resolução, por meio da mobilidade acadêmica o estudante regularmente matriculado no curso poderá desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em outro campus do IFRR, mantendo o vínculo de matrícula no campus de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade intercampi”, ou em outra instituição de ensino, em âmbito nacional (Mobilidade Acadêmica Nacional) ou internacional (Mobilidade Acadêmica Internacional).

Desse modo, o Art. 11 da referida Resolução dispõe que, nos casos de mobilidade acadêmica no âmbito dos cursos técnicos, caberá à coordenação de curso:

- Indicar os professores que orientarão estudantes do IFRR na elaboração do plano de estudo e acompanhamento no programa de mobilidade;
- Designar professores para acompanharem estudantes estrangeiros participantes de mobilidade acadêmica no IFRR;
- Avaliar os pedidos de aproveitamento de estudos, emitindo o devido parecer.

Ainda conforme a Resolução n.º 157 – Conselho Superior, de 10 de junho de 2014, na ausência do Coordenador de Curso, caberá à Comissão Gestora do campus, desenvolver as competências atribuídas a ele acerca dos processos de mobilidade acadêmica.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (2020), o profissional egresso do Curso Técnico em Agroecologia estará apto a: Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agrícola de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais; Elaborar e executar projetos de sistemas agroecológicos de produção agropecuária e agroextrativista e sistemas orgânicos de produção, aplicando as Boas Práticas de Produção Agrícola (BPA); Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, das matas e das florestas de acordo com suas características, com as alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais; Produzir mudas e sementes, em propagação, em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos; Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais; Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias; Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais; Aplicar métodos e programas de melhoramento genético; Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água; Prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento, consultoria, laudos, pareceres e relatórios técnicos; Prestar assistência técnica nas áreas de crédito rural e agroindustrial, topografia na área rural, impacto ambiental, paisagismo, jardinagem e horticultura, construção de benfeitorias rurais, drenagem e irrigação; Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais em sistema agroecológico; Identificar os processos simbióticos de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas; Prestar assistência técnica à aplicação, à comercialização e ao manejo de produtos especializados; Selecionar e aplicar métodos agroecológicos de controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas; Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita; Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agroecológicos; Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e

agroindustrial; Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos agroecológicos de origem vegetal, animal e agroindustrial; Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agroecológica; Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional; Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente; Executar a gestão econômica e financeira da produção agroecológica; Administrar e gerenciar propriedades agroecológicas; Operar e manejar máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto inerentes ao sistema de produção agroecológico; Organizar ações integradas de agricultura familiar e Atuar na certificação agroecológica.

6.1 Área de atuação do egresso

De acordo com o CNCT (2020), o egresso do curso Técnico em Agroecologia terá como campo de atuação propriedades rurais; empresas comerciais agropecuárias; estabelecimentos agroindustriais; empresas públicas e privadas que atuam no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor agrícola; instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; agências de defesa sanitária; empresas de máquinas, de equipamentos e implementos agrícolas; agroindústrias; parques e reservas naturais; cooperativas e associações rurais; empresas de certificação agroecológica e empresas de certificação orgânica.

6.2. Acompanhamento do egresso

A Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima, aborda sobre os mecanismos que propiciam o relacionamento contínuo entre a instituição e seus egressos, que são:

I. A promoção de encontros, seminários, cursos, palestras e outras atividades voltadas para o contato, a atualização cadastral e o envolvimento dos egressos;

II. A promoção de atividades de integração entre egressos e estudantes em formação, visando à troca de informações e experiências;

III. A divulgação de oportunidades de atualização e formação continuada para os egressos, assim como de oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

IV. A elaboração e a disseminação de material impresso ou digital com as principais orientações aos egressos sobre a PAE do IFRR.

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução 608/2021 - CONSUP/IFRR, de 26 de outubro de 2021, a qual objetiva o planejamento e a execução das ações da Política de extensão a serem realizadas em cada campi, sob a responsabilidade do setor de extensão de forma articulada com os setores de pesquisa e ensino.

Nesse sentido, conforme dispõe a referida Resolução, caberá ao Comitê Gestor da Política de Acompanhamento de Egressos (CGPAE) o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos, com acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX). O objetivo das ações abrangem a coleta de dados para um banco de dados institucional, suporte contínuo para inserção no mundo do trabalho, integração com a comunidade acadêmica e manutenção do vínculo institucional.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante observa as determinações legais presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC), nas diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRR, na Resolução CNE/CP nº 1/2021 e na Lei nº 9.394/1996.

O curso está organizado em 6 (seis) módulos, concebidos para proporcionar ao discente oportunidades de formação integral por meio de processos de ensino-aprendizagem que possibilitem a aquisição de competências, o desenvolvimento de habilidades e o fomento a valores éticos, morais, culturais e políticos que propiciem sua inserção no mundo do trabalho, com capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores.

O curso está estruturado com base em sólidos conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, com uma carga horária total de 1.200 (mil e duzentas) horas para componentes curriculares obrigatórios e 40 horas para componente curricular optativo. Destarte, convém destacar que esse quantitativo de horas segue o padrão da hora-relógio, de 60 (sessenta) minutos, enquanto que as aulas ministradas seguem padrão estabelecido pela direção do CAB/IFRR, sendo 50 (cinquenta) minutos cada hora-aula, a fim de atender especificidades relacionadas à realidade da localidade em que está instalado o *campus* e seu horário limite de funcionamento.

Para o desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica, considerar-se-á a relação entre a teoria e a prática. Além disso, o enriquecimento de conhecimentos dar-se-á, também, por meio de visitas técnicas e participação em feiras, congressos e outros eventos relacionados à área.

A proposta curricular do curso foi desenvolvida com o objetivo de garantir a formação integral do discente, por meio da formação técnica, e a sua inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o currículo deve oportunizar aos discentes a aquisição das competências e habilidades previstas no perfil profissional, como também o desenvolvimento de valores éticos, morais, culturais, sociais e políticos.

Nessa perspectiva, o currículo será desenvolvido por meio de diferentes procedimentos didáticos pedagógicos, incluindo atividades teóricas, demonstrativas, projetos, utilização de laboratórios, estudos dirigidos na biblioteca e nas visitas técnicas, objetivando o diálogo constante com os estudantes, a troca e o fortalecimento de experiências.

As atividades didático-pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar serão previstas nos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, com objetivo de organizar a relação teoria e prática, a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes, por meio de aulas regulares; atividades práticas e visitas técnicas; atividades e/ou eventos (palestras, seminários, mini-cursos, oficinas, painéis, apresentações de trabalhos em feiras, exposições e outros) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico podem ser realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando-os uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares.

O Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio prevê a oferta do componente curricular optativos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS à distância, correspondendo ao percentual de 3,22% da carga horária total do curso, em consonância com o limite estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT).

O *campus* fica obrigado a ofertar o componente curricular de LIBRAS na modalidade de Educação a Distância (EAD), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado preferencialmente nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

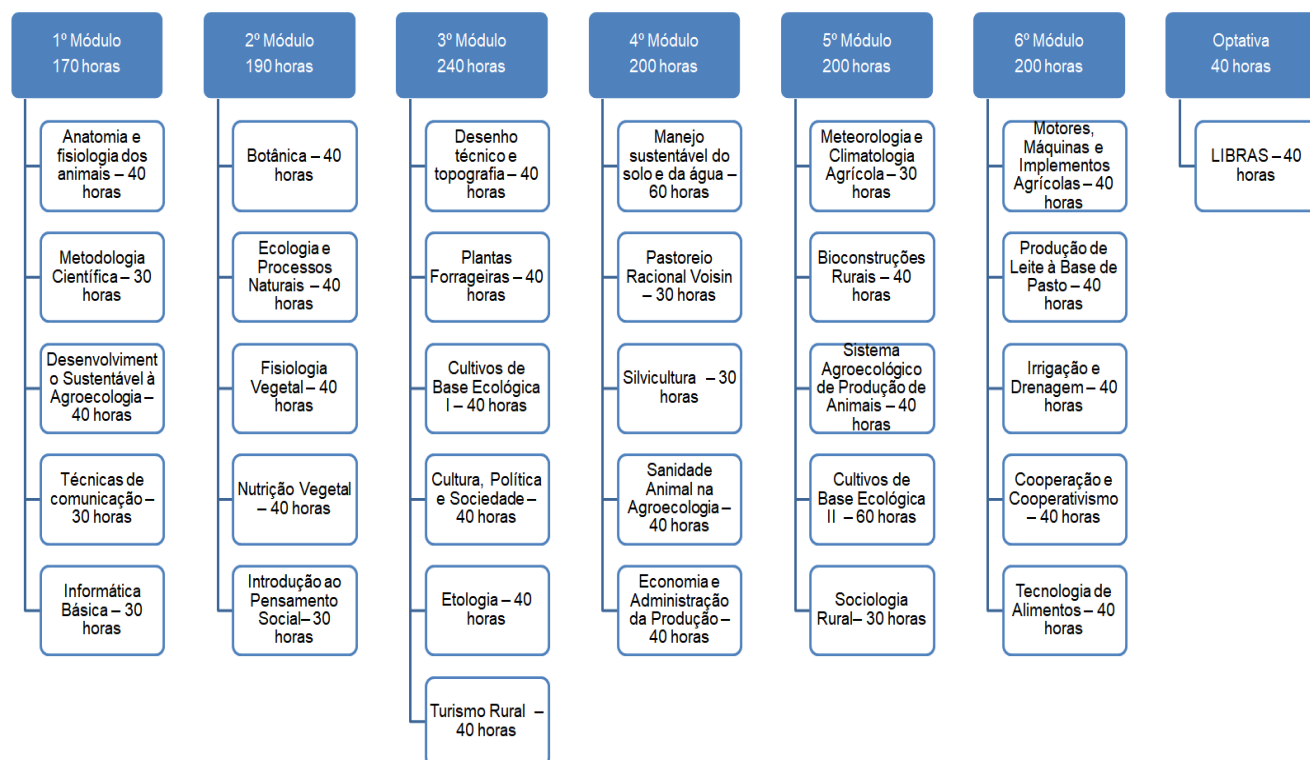
A carga horária destinada à oferta do componente curricular optativo de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será de 40 horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverão ser registrados no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta e vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula no componente optativo serão regidas em edital próprio a ser publicado pelo *campus*.

7.1 Estrutura Curricular

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA CONCOMITANTE					
Mód.	Código	Componentes Curriculares	C/H (Hora relógio)	C/H (Hora aula)	EaD
1º	CON.0016	Anatomia e fisiologia dos animais	40	48	
	CON.0017	Metodologia Científica	30	36	
	CON.0018	Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia	40	48	
	CON.0019	Técnicas de comunicação	30	36	
	CON.0020	Informática Básica	30	36	
Total			170	204	
2º	CON.0021	Botânica	40	48	
	CON.0022	Ecologia e Processos Naturais	40	48	
	CON.0023	Fisiologia Vegetal	40	48	
	CON.0024	Nutrição Vegetal	40	48	
	CON.0025	Introdução ao Pensamento Social	30	36	
Total			190	228	
3º	CON.0026	Desenho técnico e topografia	40	48	
	CON.0027	Plantas Forrageiras	40	48	
	CON.0028	Cultivos de Base Ecológica I	40	48	
	CON.0029	Cultura, Política e Sociedade	40	48	
	CON.0030	Etologia	40	48	
	CON.0031	Turismo Rural	40	48	
Total			240	288	
4º	CON.0032	Manejo sustentável do solo e da água	60	72	
	CON.0033	Pastoreio Racional Voisin	30	36	
	CON.0034	Silvicultura	30	36	

	CON.0035	Sanidade Animal na Agroecologia	40	48	
	CON.0036	Economia e Administração da Produção	40	48	
Total			200	240	
5º	CON.0037	Meteorologia e Climatologia Agrícola	30	36	
	CON.0038	Bioconstruções Rurais	40	48	
	CON.0039	Sistema Agroecológico de Produção de Animais	40	48	
	CON.0040	Cultivos de Base Ecológica II	60	72	
	CON.0041	Sociologia Rural	30	36	
Total			200	240	
6º	CON.0042	Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas	40	48	
	CON.0043	Produção de Leite à Base de Pasto	40	48	
	CON.0044	Irrigação e Drenagem	40	48	
	CON.0045	Cooperação e Cooperativismo	40	48	
	CON.0046	Tecnologia de Alimentos	40	48	
Total			200	240	
CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA TOTAL DO CURSO			1.200	1.440	
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS					
	CON.0047	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EAD)	40	48	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)				1.240	

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo



7.3 Ementário

Módulo 1

Cód.		Componente Curricular			
CON.0016		Anatomia e fisiologia dos animais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
—	34	06	40	48	1º módulo
Ementa					
Caracterização dos principais órgãos e tecidos dos animais de produção; Funcionamento dos sistemas respiratório, digestivo, circulatório e reprodutor dos animais de produção.					
Área de Integração					
- Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia - Informática Básica					
Bibliografia Básica					
HORST ERICHLIEBICH, König; LIEBCH, Hans-georg. Anatomia dos Animais Domésticos: Texto e Atlas Colorido. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 824 p. v. 6. SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Fisiologia Animal: Adaptação e Meio Ambiente. 5. ed. São Paulo: Santos, 2002. 620 p. WILLIAM O, REECE. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. 3ª ed. ed. rev. [S. l.]: Roca, 2008. 480 p.					
Bibliografia Complementar					
C. CUNNINGHAM, James. Tratado de Fisiologia Veterinária . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 624 p. K.M, Dyce. Tratado de Anatomia Veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2010. 856 p. P. COLVILLE, Thomas. Anatomia e Fisiologia Clínica Para Medicina Veterinária. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 568 p. SCHMIDT-NIELSEN, Knut. Atlas Colorido de Anatomia Veterinária: Adaptação e Meio Ambiente. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 272 p. SISSON, S.; GROSMAN, J. D.; GETTY, R. Anatomia dos animais domésticos. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1986. 2v.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0017		Metodologia Científica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		

—	26	04	30	36	1º módulo
Ementa					
Conhecimento científico; Relação teoria e método; Processos de pesquisa: instrumentos de investigação e preparo dos registros científicos; Elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais de um texto científico; Elaboração de projetos de pesquisas; Técnicas de comunicação oral e escrita.					
Área de Integração					
• Técnicas de comunicação • Informática Básica					
Bibliografia Básica					
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Atlas, 2017. 192 p. MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 390 p. MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia trabalho científico. 23. ed. Rev. e Atual. São Paulo: Cortez, 2009. SILVA, Daniel Nascimento. Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas. São Paulo: Atlas, 2012. VOLPATO, Gilson Luiz et. al. Dicionário crítico para a redação científica. Botucatu, SP: Best Writing, 2013. VOLPATO, Gilson Luiz. Dicas para a Redação Científica. 4. ed. Rev. e Amp. Botucatu, SP: Best Writing, 2016.					
Bibliografia Complementar					
NBR10520 – Informação e documentação. Citação em Documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. NBR6023 – Informação e documentação. Referências – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. NBR14724 – Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011. VOLPATO, Gilson Luiz. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. VOLPATO, Gilson Luiz. Bases teóricas para redação científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0018		Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	1º módulo
Ementa					
Origens da Agricultura; evolução da estrutura agrícola e agrária; revolução verde; dimensões da sustentabilidade; introdução a agroecologia; sistemas de produção agroecológicos.					
Área de Integração					
• Anatomia e fisiologia dos animais					
Bibliografia Básica					

BRAUN, Ricardo. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**: novos paradigmas ambientais: ecologia profunda, ecovilas, comunidades sustentáveis, permacultura, dinheiro alternativo, energia-do-ponto-zero, espiritualidade. 2. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DUARTE, L. G.; THEODORO, S. H. **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Garamond, 2009. 236 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: FAURGS, 2000.

SUZI, H. T.; DUARTE, L. G.; **Agroecologia**: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Bibliografia Complementar

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS. 2009. 117 p.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2009. 96 p.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F de A. C. **Produção Orgânica**: Regulamentação Nacional e Internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

PHILIPPI, Arlindo Jr. et al. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Manole, 2007.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0019		Técnicas de comunicação			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	1º módulo
Ementa					
Língua, Linguagem e fala; Níveis de Linguagem, Variações linguísticas e Vícios de linguagem; Elementos da Comunicação; Coesão e Coerência Textuais; Tipologia Textual; Ortografia; Oratória: princípios e aplicação.					
Área de Integração					
• Metodologia Científica • Informática Básica					
Bibliografia Básica					
BLIKSTEN, I. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Contexto, 2016. 96 p.					
ILARI, Rodolfo. Introdução à semântica : brincando com a gramática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 208 p.					
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto : leitura e redação. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000. 433 p.					
KOCH, I. V. Ler e Compreender os sentidos do texto . São Paulo: Contexto, 2006. 216 p.					
KOCH, I.V. ELIAS, V.M. Ler e Escrever – Estratégias de Produção Textual . 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 220 p.					
Bibliografia Complementar					

ABREU, A. S. **A Arte de Argumentar**: gerenciando razão e emoção. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. 144 p.

CARNEIRO, A. D. **Redação em construção: a escritura do texto**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2002. 288 p.

INFANTE, U. **Do texto ao texto**: curso prático de leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2000. 312 p.

MARTINS, D.S. **Português instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT**. São Paulo: Atlas, 2010. 560 p.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual**, Análise de Gêneros e Compreensão. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008. 296 p.

SARMENTO, L. L.; TUFANO, D. **Português**: literatura, gramática, produção de texto: volume único. São Paulo: Moderna, 2004. 447 p.

Cód.	Componente Curricular				
CON.0020	Informática Básica				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	22	08	30	36	1º módulo
Ementa					
Histórico e evolução dos Computadores; Tecnologias e aplicações de computadores; Definição de computadores; Capacidade de processamento e armazenamento; Componentes de um sistema de computação: Conceitos e características de Software e Hardware; A linguagem do computador, representação digital de dados; A importância da informática para a comunicação contemporânea; Sistemas operacionais livres e/ou proprietários; Manejo e utilização de editores de textos, planilhas eletrônicas e apresentações; Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo; Ferramentas utilitárias; Utilização de softwares específicos da área de agricultura.					
Área de Integração					
- Anatomia e fisiologia dos animais - Metodologia Científica - Técnicas de comunicação					
Bibliografia Básica					
ARAUJO, Ismael Souza. Sistemas operacionais Windows . Brasília: NT, 2014. ARAUJO, Ismael Souza. Informática Básica . Brasília: NT, 2014. CASTELLS, M. A. Sociedade em rede . 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. LOPES, Thálisson de Oliveira. Introdução às redes de computadores . Brasília, DF: NT Editora, 2014. VELLOSO, F. C. de. Informática : conceitos básicos. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.					
Bibliografia Complementar					
ARAÚJO, José Ricardo Moreira de. Internet e suas ferramentas . Brasília, DF: NT Editora, 2014. BONI, Jan Van. ITIL: guia de referência . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. IDANKAS, Rodney. Informática para concursos . 2. ed. São Paulo (SP): Método, 2009. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais : Administrando a empresa digital. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MOLINARO, L. F. R., RAMOS, K. H. C. Gestão de Tecnologia da Informação : Governança de Ti - Arquitetura e Alinhamento entre Sistemas de Informação e o Negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.					

Módulo 2

Cód.		Componente Curricular			
CON.0021		Botânica			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Organografia da raiz, Caule e folha; Organografia da flor, fruto e semente; Ecologia vegetal; Estresse ambiental; Fitofisionomias; Taxonomia vegetal e sistemas de classificação; principais características das gimnospermas e angiospermas (monocotiledôneas e dicotiledôneas).					
Área de Integração					
• Fisiologia Vegetal • Nutrição Vegetal					
Bibliografia Básica					
LORENZI, H. Introdução a Botânica : morfologia. Viçosa: Plantarum, 2013. 300 p. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F. & EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. SOUZA, V. C.; LORENZI, H. Botânica Sistemática . 4. ed. Viçosa: Plantarum, 2019. 768 p.					
Bibliografia Complementar					
BARROSO, G. M. et. al. Sistemática de angiospermas do Brasil . Vol 1. Viçosa: UFV, 2002. JOLY, A. B. Botânica : Introdução à Taxonomia Vegetal. 13. ed. São Paulo, SP: Nacional, 2002. 777 p. JUDD, W.S. et. al. Sistemática Vegetal – um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. OLIVEIRA, E.C. Introdução à Biologia Vegetal . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. VIDAL, W. N. E VIDAL, M. R. R. Botânica Organografia . 4. ed. Viçosa: UFV, 2007. 124 p.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0022		Ecologia e Processos Naturais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					

Conceitos fundamentais da ecologia. Definição, estrutura e componentes do ecossistema. Seres vivos e o meio ambiente. Fatores bióticos e abióticos que influenciam os ecossistemas. Transferência de matéria e energia nos ecossistemas. Desenvolvimento de comunidades e biomas. Processos naturais fundamentadores da Ciência Agroecológica. Sucessão ecológica. Efeitos das ações antrópicas no equilíbrio e dinâmica dos ecossistemas.
Área de Integração
• Introdução ao Pensamento Social • Fisiologia Vegetal
Bibliografia Básica
AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. CHABOUSSOU, F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose São Paulo: Expressão Popular, 2006. 323p. GLIESSMANN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
Bibliografia Complementar
AGUIAR, L. M. de S.; CAMARGO, A. J. A. de (Ed.). Cerrado: ecologia e caracterização. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 249 p. il. LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. (Org.). Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local. Chapecó: Argos, 2006. HAMMES, V. S.; HELENO, G. Amigos por natureza. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84p. PENTEADO, S. R. Manual de fruticultura ecológica: cultivo de frutas orgânicas. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2010.

Cód.	Componente Curricular				
CON.0023	Fisiologia Vegetal				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Célula vegetal de procariontes e eucariontes; composição molecular e movimentação de substância nas células; fluxo de energia, respiração e fotossíntese; reprodução das células; regulação do crescimento e desenvolvimento de vegetais por nutrientes essenciais e hormônios e fisiologia do estresse.					
Área de Integração					
• Botânica • Ecologia e Processos Naturais • Nutrição Vegetal					
Bibliografia Básica					

KERBAUY, G.B. **Fisiologia Vegetal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 431 p.

LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**; São Carlos: Rima, 2001. 531 p.

RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia Vegetal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 856 p.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal**, 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 888 p.

Bibliografia Complementar

CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A.; PERES, L.E.P. **Manual de Fisiologia Vegetal (Teoria e Prática)**. São Paulo: Agronômica Ceres, 2005. 650 p.

CASTRO, P.R.C.; VIEIRA, E.L. **Aplicações de reguladores vegetais na agricultura tropical**. Guaíba: Agropecuária, 2001.

FLOSS, E.L.; **Fisiologia das plantas cultivadas**: o estudo que está por trás do que se vê. Passo Fundo: UPF, 2004. 528p.

MARENCO, R.A.; LOPES, N. F. **Fisiologia vegetal**: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3. ed. Viçosa: UFV, 2009. 486 p.

SALISBURY, F. B.; CLEON, W. R. **Fisiologia das plantas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 774 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0024		Nutrição Vegetal			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	2º módulo
Ementa					
Composição mineral e funções dos nutrientes para as plantas; absorção, transporte e redistribuição de nutrientes na planta; cultivo de plantas em solução nutritiva; diagnose do estado nutricional de plantas; nutrição foliar; nutrição e qualidade de produtos agrícolas.					
Área de Integração					
• Botânica • Fisiologia Vegetal					
Bibliografia Básica					
FERNANDES, M. S.; Souza; S. R. de; SANTOS, L. A. Nutrição mineral de plantas. 2. ed. Viçosa, MG: SBCS, 2018. 670 p. FONTES, Paulo Cezar Rezende. Nutrição mineral de plantas: anamnese e diagnóstico. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 315 p. MALAVOLTA, E. Manual de nutrição mineral de plantas. 1. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p. PRADO, Renato de Mello. Nutrição de plantas. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 408 p.					
Bibliografia Complementar					

FERNÁNDEZ, Victoria; SOTIROPOULOS, Thomas; BROWN, Patrick. **Adubação Foliar: fundamentos científicos e técnicas de campo**. Abisolo, São Paulo. 2015.

MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F.; J.; ALCARDE C. **Adubos e adubações**. 1.ed. Editora Nobel, 2003. 200 p.

MARENCO, Ricardo.; LOPES, Nei Fernandes. **Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral**. 3. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2009. 486 p.

SAVIOLI, G. **Nutrição, saúde e fertilidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Canção Nova, 2017. 256 p.

DECHEN, Antônio Roque.; et al. **Nutrição mineral de plantas**. 1. ed. Viçosa, MG: Editora Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0025		Introdução ao Pensamento Social			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	30	0	30	36	2º módulo
Ementa					
O pensamento social e a pré-sociologia; Contextos históricos do desenvolvimento da sociologia; Paradigmas teóricos e correntes do pensamento sociológico; Sociologia: teorias e ideologias; Teoria e ciência. A teoria e o modo de produção.					
Área de Integração					
Ecologia e Processos Naturais					
Bibliografia Básica					
BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia ; tradução Alexandre Werneck. - Rio de Janeiro: Zahar, 2010. CASTRO, Anna Maria de.; DIAS, Edmundo Fernandes. Introdução ao Pensamento Sociológico . Ed. Eldorado, 2001. GUARESHI, Pedrinho A. Sociologia crítica: alternativas de mudança . 63. ed., ver. ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.					
Bibliografia Complementar					
COMPARATO, Bruno Konder. Sociologia Geral . 2. ed. São Paulo: Escala Educacional, 2010. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico . SP: Martins Fontes, 2002. GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo – 2ª edição , tradução - Cibele Saliba Rizek. Ed. Unesp, 2011. SILVA, Silvana; SANTOS, C. L. Introdução ao pensamento social clássico . Curitiba: Ed. Intersaberes, 2019. QUITANEIRO, Tânia, BARBOSA, Mª L. de O., OLIVEIRA, Márcia G. de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber . 2a.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.					

Módulo 3

Cód.	Componente Curricular
CON.0026	Desenho técnico e topografia

Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
—	30	10	40	48	3º módulo
Ementa					
Instrumentos de desenho técnico; leitura e representação das projeções ortográficas, hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção; introdução à NBR6492/1994 – representação de projetos de arquitetura; formatação do papel série “A”, trabalho em escalas de representação; projeções cilíndricas ortogonais e perspectiva isométrica; noções de desenho arquitetônico; introdução à topografia; escalas; grandezas; tipos de erros; equipamentos de topografia; determinação de ângulos; goniometria: rumos e azimutes; medidas de distâncias horizontais e verticais; planilha de cálculo; representação gráfica de levantamento topográfico; planialtimetria: nivelamento, perfis, levantamentos planialtimétricos, interpretação de plantas planialtimétricas; locação de curva de nível; sistema de posicionamento global (GPS).					
Área de Integração					
- Plantas Forrageiras - Turismo Rural					
Bibliografia Básica					
CRUZ, Eduardo Cesar Alves; CRUZ, Michele David da; MORIOKA, Carlos Alberto. Desenho técnico: medidas e representação gráfica. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2018. 270 p. MATOS, J. L.; CASACA, J. M.; DIAS, J. M. B. Topografia Geral. 4. ed. São Paulo: Editora LTC, 2007. 220 p. MCCORMAC, Jack. Topografia. 5. ed. São Paulo: Editora LTC, 2010. 391 p.					
Bibliografia Complementar					
DAIBERT, J. D. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Editora Érica, 2013. 120p. GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUZA, J. J. Topografia: Conceito e aplicações. 3. ed. São Paulo: Editora Lidel, 2012. 368 p. TULER, M. O.; SARAIVA, S. L.; TEIXEIRA, A. C. Manual de práticas de topografia. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2016. 144 p. TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos da topografia. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013. 324 p. CARDÃO, C. Topografia. Belo Horizonte, Ed. Engenharia e Arquitetura, 1970.					

Cód.	Componente Curricular				
CON.0027	Plantas Forrageiras				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	30	10	40	48	3º módulo
Ementa					
Introdução à Forragicultura; Terminologias na forragicultura; Botânica de gramíneas e leguminosas; Características gerais das plantas forrageiras (gramíneas e leguminosas); Formação e estabelecimento do pasto; Processos, causas e estratégias de recuperação de pastos degradados; Calagem e adubação de forrageiras; Sistemas de pastejo; Manejo das pastagens; Conservação de forragens (feno e silagem).					

Área de Integração
• Desenho técnico e topografia • Etologia
Bibliografia Básica
ALCÂNTARA, P.B. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. 3 ed. 1985. MORAES, Y.J. B. Forrageiras: conceitos, formação e manejo. 1995. PUPO, N.I.H. Manual de pastagens e forrageiras: formação, conservação e utilização. 1995.
Bibliografia Complementar
HEINRICHS, R.; SOARES FILHO, C. V. Adubação e manejo de pastagem. 3ed. 2014. 180p. LEPSCH, I. F. Formação e conservação do solo. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. [Bibliografia Virtual] PEIXOTO, A.M. et al. Pastagens: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 1994. 908 p. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagem em regiões tropicais e subtropicais.5. ed. São Paulo: Nobel, 1999. SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Viçosa: Aprenda Fácil, 2009. 225 p.

Cód.	Componente Curricular				
CON.0028	Cultivos de Base Ecológica I				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
Origem e evolução das plantas cultivadas; Culturas do milho, feijão caupi, arroz; cana- de-açúcar; Tratos culturais e variedades; Clima, solo, adubação e semeadura das principais culturas anuais; Formas de colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização; Principais pragas, doenças e plantas espontâneas, sua identificação, controle e erradicação; Rotação de culturas.					
Área de Integração					
• Turismo Rural • Cultura, Política e Sociedade					
Bibliografia Básica					
CRUZ, J. C.; CRUZ, I. M. da; PEREIRA FILHO, I. A. A cultura do milho irrigado. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2003. 61 p. FONSECA, E. M. DOS S.; ARAUJO, R. C DE. Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas vegetais. Série Eixos. São Paulo: ÉRICA, 2014. 136 p. FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p. FREIRE FILHO, F. R. Melhoramento de feijão-caupi no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE FEIJÃO-CAUPI, 4. 2016, Sorriso. Feijão-caupi: avanços e desafios tecnológicos e de mercado: resumos. Brasília, DF: Embrapa, 2016. p. 235.					
Bibliografia Complementar					

FERREIRA FILHO, J. R.; et all. **Cultivo, processamento e uso da mandioca**: instruções práticas. 1ª. edição. Embrapa Mandioca e Fruticultura. 2013. 34p.

PENTEADO, S. R. **Defensivos alternativos e naturais**. Campinas: Via Orgânica, 2007. 174 p.

LORENZI, H. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas**: plantio direto e convencional. 7. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014. 379 p.

OLIVEIRA, E. de; OLIVEIRA, C. M. de. **Doenças em milho**: mollicutes, vírus, vetores, mancha por Phaeosphaeria. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2004.

276 p.

SANTOS, F. Cana-de-açúcar do plantio a colheita. 1. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 290 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0029		Cultura, Política e Sociedade			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	40	0	40	48	3º módulo
Ementa					
Conceitos básicos de Antropologia; formação e contemporaneidade da sociedade brasileira; Identidade e expressões culturais regionais; questões contemporâneas; levantamento e análise de configuração cultural; Principais abordagens em Ciência Política; ética e cidadania; autonomia local e poder; instituições sociais e movimentos sociais; levantamento e análise de configuração política.					
Área de Integração					
• Etologia • Cultivos de Base Ecológica I					
Bibliografia Básica					
LARAIA, R. B. Cultura : um conceito antropológico. 24. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.					
MARTINS, J. S. O cativo da terra . 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.					
SANTOS, M. O espaço do cidadão . São Paulo: Nobel, 2000.					
Bibliografia Complementar					

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

GEERTZ, C. **O Saber local**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. **Bonfim**: um olhar geográfico. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SILIPRANDI, E. **Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais**. Revista Brasileira de Agroecologia, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 845-849, 2007.

VIEIRA, J. G. (Org.). **O Rio Branco se enche de história**. 2. ed. rev. ampl. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

VITAL, M. J. S. **Formação Socioeconômica do Estado de Roraima**. In: CASTRO, E. M. R.; CAMPOS, I. (Org.) **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 533-579.

Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br>.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0030		Etologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
História do estudo do comportamento animal: conceitos, métodos e principais abordagens. Filogenia, aptidão e função adaptativa aplicadas a comportamentos individuais e sociais. Inter-relação entre pré-disposições inatas e processos de aprendizagem. Etologia aplicada.					
Área de Integração					
- Plantas Forrageiras - Cultura, Política e Sociedade					
Bibliografia Básica					
ALCOCK, J. Comportamento animal : uma abordagem evolutiva. 9. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011. 606 p. CADERNOS TÉCNICOS DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA . (Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG). Disponível em: https://vet.ufmg.br/ARQUIVOS/FCK/file/editora/caderno%20tecnico%2067%20Bem%20Estar%20Animal%20ok.pdf DEL-CLARO, K.. DEL-CLARO, K. Introdução à ecologia comportamental : um manual para o estudo do comportamento animal. 1. ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010. 128 p.					
Bibliografia Complementar					

MATEUS J.R, Paranhos da Costa. **Etologia e produtividade animal**. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/departamentos/leb/iran/intranet_pos/intra_pg_LEB5002/Texto%2004%20-%20Etologia%20animal.pdf

MENDONÇA, Andréia Tenório Autran. **Bem-estar animal**: conceitos, importância e aplicabilidade para animais de companhia e de produção. Belém, 2019. Disponível em: https://veterinaria.ufrpa.edu.br/images/tcc-defendidos/TCC_Andria_Tenrio_Autran_Mendonca.pdf

PINHEIRO, Alice Andrioli; BRITO, Ismênia França de. **Bem-estar e Produção Animal**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Embrapa Caprinos e Ovinos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Documentos on line. Dezembro 2009. Disponível em:

<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/748310/1/doc93.pdf>

FERRAZ, Marcos Rochedo. **Manual do comportamento animal**. Editora Rubio. Rio de Janeiro. 2011. 42 p.

YAMAMOTO, Maria Emília; VOLPATO, Gilson Luiz. **Comportamento animal 2ª**. Editora da UFRN Edição. 2011. 520 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0031		Turismo Rural			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	3º módulo
Ementa					
Turismo Rural: origens e características. Produção Turística no meio rural. Aspectos econômicos e socioculturais. Os impactos ambientais. Clientela e mercado do Turismo Rural; Implantação de projetos. Planejamento turístico: fatores intervenientes no desenvolvimento do turismo: fatores socioeconômicos determinantes, fatores culturais e psicossociológicos, fatores técnicos determinantes. Turismo agroecológico e subatividades do turismo.					
Área de Integração					
• Desenho técnico e topografia • Cultivos de Base Ecológica I					
Bibliografia Básica					
ABREU, Lucimar Santiago. Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso. Brasília: Embrapa-SPI, 1994. OLIVEIRA, Antônio Pereira. Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável. Roca, 2005 RUSCHMANN, DORIS. Turismo e planejamento sustentável a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Joaquim A. FROELICH, José M. RIEDL. Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Papirus, 2000. BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Embratur. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília, DF, 1994. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - ICEPA. DIAS, Reinaldo. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003. RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: HUCITEC, 2000. LAGE, Beatriz H. G; MILONE, Paulo C. Economia do turismo. Campinas: Papirus, 2000.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0032		Manejo sustentável do solo e da água			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	50	10	60	72	4º módulo
Ementa					
Formação, classificação, capacidade de uso e aptidão agrícola dos solos; conhecimento e manejo da biologia, química e física do solo. Manejo e conservação da água e das mudanças ambientais.					
Área de Integração					
• Silvicultura • Pastoreio Racional Voisin					
Bibliografia Básica					
BERTOL, I.; MARIA, I. C. de; SOUZA, L. da S.; Manejo e conservação do solo e da água. SBCS, 2019. 1355 p. BRASIL. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais/ Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/859117/manejo-e-conservacao-do-solo-e-da-agua-no-contexto-das-mudancas-ambientais, 2010. Acesso em 22/07/2020. DIAS, G. F. Educação e gestão ambiental. São Paulo: Gaia, 2006. GATTO, Alcides. Solo, planta e água na formação de paisagem. Aprenda fácil. Viçosa, MG, 2002. GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas. São Paulo: Oficina de textos, 2013. 192 p. LEPSCH, I. F. et al. Manual para levantamento utilitário e classificação de terras. No sistema de capacidade de uso. SBCS, 2015. 170 p. LEPSCH, I. F. et al. Formação e conservação dos solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. 216 p. PRIMAVESI, O.; PRIMAVESI, A. C. Fundamentos ecológicos para o manejo efetivo do ambiente rural nos trópicos: educação ambiental e produtividade com qualidade ambiental. São Carlos: Embrapa Pecuária Sudeste, 2003. 84p. VARGAS, M. A. T.; HUNGRIA, M. (Ed.). Biologia dos solos dos cerrados. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1997. 524 p.					
Bibliografia Complementar					
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F.; Conservação do solo. 7. ed. Ícone, 2010. 355 P. DRUGOWICH, M. I.; Boas Práticas em conservação do solo e da água. Manual técnico nº 81. Campinas-SP: CATI, 2014. 38 p. HERMES, L. C.; SILVA, A. de S. Avaliação da qualidade das águas: manual prático. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004. 55p. il. PES, L. Z.; GIACOMINI, D. A. Conservação do solo. Santa Maria - RS: UFSM, 2017. 69 p. TIECHER, T.; Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no sul do Brasil: Contextualizando as atividades agropecuárias e os problemas erosivos. Frederico Westphalen-RS: URI, 2015. 152 p. TIECHER, T.; Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no sul do Brasil: Práticas alternativas de manejo visando a conservação do solo e da água. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2016. 186 p. SANTOS, H. G. dos; et. al. Sistema brasileiro de classificação de solos. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 306 p. il.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0033		Pastoreio Racional Voisin			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	4º módulo
Ementa					
Fundamentos do pastoreio racional voisin; conceitos fundamentais; as leis universais do pastoreio racional voisin; principais vantagens; a prática de manejo e o sistema pastoreio voisin para outros animais.					
Área de Integração					
• Manejo sustentável do solo e da água • Sanidade Animal na Agroecologia					
Bibliografia Básica					
MACHADO, L. C. P. Pastoreio Racional Voisin. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 376 p. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagem em regiões tropicais e subtropicais. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 450 p. MELADO, J. Pastoreio Racional Voisin: Fundamentos, Aplicações e Projetos. 2 ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2014. 313 p.					
Bibliografia Complementar					
FONSECA, D. M; MARTUSCELLO, J. A. Plantas Forrageiros. Viçosa, MG: UFV, 2010. 537 p. SILVA, S. Plantas forrageiras de A a Z. Viçosa: Aprenda Fácil, 2014. 329 p. SILVA, S. Pragas e doenças de Plantas forrageiras. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 263 p. VILELA, H. Pastagem: Seleção de plantas forrageiras, implantação e adubação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017. 349 p. BELOLI, I.G.C.; BRANDINI, N.J.M. Manejo Sanitário para Aves de Subsistência. 1.ed. Brasília: LK Editora, 2007, 136p. FORTES, E. Parasitologia Veterinária. 4.ed. São Paulo: Icone Editora, 2004. 686p.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0034		Silvicultura			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	4º módulo
Ementa					

Introdução à silvicultura. Importância da atividade florestal no Brasil. Classificação dos tipos de coberturas florestais. Escolha de espécie e propagação. Viveiro florestal e produção de mudas. Preparo do terreno, plantio e tratos silviculturais. Formação e condução de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento. Plantações de espécies nativas. Noções de sistemas agrossilvipastoris. Fomento florestal. Rentabilidade de povoamento florestais. Manejo florestal sustentado.

Área de Integração

- Manejo sustentável do solo e da água
- Economia e Administração da Produção

Bibliografia Básica

SUELENE G. S. A.; WALDETE G. S. C. **Produção de mudas em viveiro florestal**. 3. ed. São Paulo: LK, 2012. 60 p.

OLIVEIRA, Ivanoel Marques de; ALVES, Ketiane dos Santos; ARAUJO, Iraciara Santos de. **Silvicultura: conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental**. 1. ed., São Paulo: Érica, 2014. 128 p.

WENDLING, Ivar; GATTO, Alcides. **Planejamento e instalação de viveiros**. 2. ed Viçosa: Aprenda Fácil, 2012.

Bibliografia Complementar

LORENZI, Henri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, Henri. **Árvores exóticas no Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa. São Paulo: Plantarum, 2018. 464 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 6. ed. V.1. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 5. ed. V.2. São Paulo: Plantarum, 2016. 352 p.

LORENZI, Henri. **Arvores brasileiras**. 2. ed. V.3. São Paulo: Plantarum, 2016. 384 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0035		Sanidade Animal na Agroecologia			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	4º módulo
Ementa					
Conceitos básicos sobre sanidade e higiene animal; Saúde, doença e bem estar animal; Prevenção e controle de enfermidades; Conceituação de infecção e epizootologia; Desinfecção; Vacinação e aplicações de medicamentos: profilaxia das principais doenças dos animais domésticos; Zoonoses.					
Área de Integração					
• Pastoreio Racional Voisin • Economia e Administração da Produção					
Bibliografia Básica					

BELOLI, I.G.C.; BRANDINI, N.J.M. **Manejo Sanitário para Aves de Subsistência**. 1.ed. Brasília: LK Editora, 2007, 136p. FORTES, E. **Parasitologia Veterinária**. 4.ed. São Paulo: Icone Editora, 2004. 686p.

BRASIL, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. **Manual de Higiene e Sanidade Animal**. DIAS A. S.; PEREIRA, C. D.; C O S T A et. al. 2012. Disponível em: <https://www.bibliotecaagritea.org.br/zootecnia/sanidade/livros/MANUAL%20DE%20HIGIENE%20E%20SANIDADE%20ANIMAL.pdf>. Acesso em: 20/7/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses**: normas técnicas e operacionais [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

EMBRAPA INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA (Ed). **Sanidade Animal**. 1.ed. Embrapa, 2006. 232p.

Bibliografia Complementar

ABREU MATOS, F. J.; HARRI LORENZI; LÚCIA F. LOPES DOS SANTOS et al. **Plantas Tóxicas**. 1.ed. São Paulo: Plantarum, 2011. 247p.

BERCHIERI Jr, A. **Doenças das Aves**. 1.ed. São Paulo: FACTA, 2009. 1104p.

NETO, S.L. **Saúde de Rebanhos de Corte**. 1.ed. Viçosa, Minas Gerais: Aprenda Fácil, 2001. 132p.

SCHILD, A.; RIET-CORREA, F.; MENDEZ, M.C. et al. **Doenças dos Ruminantes e Equinos**. 2.ed. São Paulo: Varela, 2002. 999p.

TAYLOR, M. A.; COOP, R.L.; WALL, R. L. **Parasitologia Veterinária**. 3.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010. 768p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0036		Economia e Administração da Produção			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	4º módulo
Ementa					
A Empresa rural; O ambiente e os fatores que influem na renda agropecuária; Fatores de produção; as funções da administração. Fundamentos da economia rural. Teoria de desenvolvimento agrícola. Inovações tecnológicas na agricultura. Setor agrícola e mercado de trabalho. Análise das políticas agrícolas no Brasil. Política agrícola atual: critérios e perspectivas. Comercialização e política agrícola. Teoria econômica: oferta e demanda agrícola. Gestão ambiental e da qualidade. Custos da produção agropecuária. Mercado Futuros.					
Área de Integração					
- Silvicultura - Sanidade Animal na Agroecologia					
Bibliografia Básica					
CALLADO, A.A.C. Agronegócio . São Paulo: Atlas, 2011.					
LOPES, L.M.; VASCONCELLOS, M.A.S. Manual de macroeconomia : nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2013.					
ROCHA, J.H.M.V. Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e educação técnica : uma reflexão. Boa Vista: UFRR, 2010.					
Bibliografia Complementar					
FLORES, A.W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. Gestão rural . Rio de Janeiro: Planejar, 2006.					
SILVA, A.G. O novo rural brasileiro : rendas das famílias rurais. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.					
SILVA, R.A.G. Administração rural : teoria e prática. CD-ROM. Curitiba: Juruá, 2009.					
VASCONCELLOS, M.A.S. Economia : micro e macro teoria e exercícios glossário com os 300 principais conceitos econômicos. São Paulo: Atlas, 2011.					
RICKLEFFS, R.E. A economia da natureza . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.					

Módulo 5

Cód.		Componente Curricular			
CON.0037		Meteorologia e Climatologia Agrícola			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	5º módulo
Ementa					
Estudo da atmosfera; Elementos meteorológicos; Equipamentos e instrumentos Meteorológicos; Aplicações da meteorologia e climatologia à produção agrícola; Estudo dos climas.					
Área de Integração					
Bioconstruções Rurais					
Bibliografia Básica					
ABREU, J. P. M. Agrometeorologia . 1ª edição. Editora: Agrobook. 2018, 360 p. MENDONÇA, F. Climatologia : noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficn de Textos, 2007. PEREIRA, A.R.; ANGELOCCI, L.R.; SENTELHAS, P.C. Agrometeorologia : fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002. TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia . 1ª edição. São Paulo: Cengage Learnl. 2012. 280 p. VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . 2ª edição. Viçosa. Editora UFV, 2013. 460 p.					
Bibliografia Complementar					
AYOADE, J.O. Introdução à climatologia para os trópicos . Rio de Janeiro: Bertrand d Brasil, 2012. BISCARO, G.A. Meteorologia agrícola básica . 1ª ed. UNIGRAF.2007, 83 p. FERREIRA, R.A. Maior produção com melhor ambiente para aves, suínos e bovino Viçosa : Aprenda Fácil, 2011. GOULART, A. Á.; FOGAÇA, T. K.: Introdução À Climatologia : Conceitos, Pesquisas e Ensino. São Paulo: InterSaberes, 2018. 338 p. MENDONÇA, F.; OLIVEIRA, I. M. D. Climatologia : noções básicas e climas do Brasil. Paraná: Oficina de textos, 2007. 351 p. PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L.R. SENTELHAS, P. C. Meteorologia Agrícola . São Paulo: ESALQ, 2007. 192 p. RESENDE, H; CAMPOS, A.T.; PIRES, M.F.A. Dados climáticos e sua utilização na atividade leiteira . Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0038		Bioconstruções Rurais			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	5º módulo

Ementa
Introdução à Bioconstruções; Permacultura; Materiais de construção; Utilização de resíduos na bioconstrução; Técnicas de Bioconstruções; Uso de Bambu na agricultura; Construções rurais e Estufas agrícolas.
Área de Integração
• Meteorologia e Climatologia Agrícola • Sistema Agroecológico de Produção de Animais
Bibliografia Básica
COSTA, Baêta, Fernando da. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2. ed. Viçosa: UFV, 2010. 269 p. FREIRE, W. J.; BERALDO, A. L. Tecnologia e materiais alternativos de construção. Campinas: UNICAMP, 2003. PROMPT, C. Curso de Bioconstrução. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2008. ROCHA, José L. Vasconcellos. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. 1. ed. São Paulo: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2014. 158 p.
Bibliografia Complementar
AZZINI, A.; SANTOS, R. L. dos e PETTINELLI JUNIOR, A. Bambu: material alternativo para construções rurais. Campinas: Instituto Agrônomo, 1997. (Boletim técnico, 171), 18 p. BAUER, L.A.F. Materiais de construção. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1992. 892p. BARREIRA, Paulo. Biodigestores: energia, fertilidade e saneamento para a zona rural. 3. ed. São Paulo: Ícone, 2011. 108 p. MACIEL, Nelson Fernandes; LOPES, José Dermeval Saraiva. Cerca elétrica: equipamentos, instalação e manejo. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 154 p. MATOS, Antonio Teixeira de. Barragens de terra de pequeno porte - Série Didática. Viçosa: UFV, 2012. 136 p. TIMMERMANN, J.; ORTIZ, P. M.; RODRIGUES, J; MARQUES, M; BECKAUSER, R. Curso de construções alternativas, construção da zona 1. São José do Cerrito: IPAB - Instituto de Permacultura Austro Brasileiro, 2003.

Cód.	Componente Curricular				
CON.0039	Sistema Agroecológico de Produção de Animais				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	5º módulo
Ementa					
Introdução à criação de bovinos de corte; bovinos de leite; Bovinos; bubalinos; ovinos; caprinos; suínos; aves caipiras; apicultura cunicultura; animais silvestres; Raças, cruzamentos e seleção; Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo sanitário; Instalações bioclimatologia e ambiência; Nutrição e alimentação.					
Área de Integração					
• Bioconstruções Rurais • Cultivos de Base Ecológica II					
Bibliografia Básica					

CRIAÇÃO DE ABELHAS: APICULTURA . Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Meio Norte. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 113p. (ABC da Agricultura Familiar, 18). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/126300/1/00081610.pdf CRIAÇÃO DE GALINHAS CAIPIRAS. Embrapa Informação Tecnológica. Embrapa Meio Norte. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 73 p. (ABC da Agricultura Familiar, 20). Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11946/2/00081600.pdf ELOY, A. M. X.; et all. Criação de caprinos e ovinos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. Sobral. Embrapa Caprinos. 2007. 91 p.(ABC da agricultura familiar, 19). Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/11945/2/00081710.pdf MATOS, Emerson José Alves; et all. Boas práticas de manejo apícola. Petrolina, 2014. 20 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102193/1/Cartilha-Boas-Praticas-de-Manejo-Apicola.pdf					
Bibliografia Complementar					
Avicultura agroecológica orgânica. Embrapa Suínos e Aves. 2003. 10 p. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/avicultura_agroecologica.pdf AVILA, V. S. de.; et all. Unidades de observação sobre a criação de frangos coloniais em pequenas propriedades de agricultura familiar. Concordia: Embrapa Suínos e Aves. 2004. 22 p. (Boletim de pesquisa e desenvolvimento no. 6) disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/73499/1/CUsersPiazzonDocumentsunidades.pdf BARBOSA, Firmino José Vieira et all. Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007. 68 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80710/1/sistemaproducao-4.PDF BONETT, Lucimar Pereira; Cicero.; MONTICELLI, Juliano. Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. 2. ed., rev. – Brasília, DF: Embrapa-SPI; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 1998. 243 p. Disponível em: https://mais500p500r.sct.embrapa.br/view/pdfs/90000029-ebook-pdf.pdf BRASIL. Instrução Normativa IBAMA Nº 07, de 30 de abril de 2015. Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas. CARRIJO JÚNIOR, Osmar Alves; MURAD, Júlio César Bertolucci. Bovinocultura e Bubalinocultura. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2016. 146 p. disponível em: https://avant.grupont.com.br/dir/VirtualMS/arquivos/arquivosPorRange/0000000447/texto/e3cc154fe8ae43dfbaee0c7adac1b407.pdf acessado em: 23/10/20 COSTA, Osmar Antônio Dalla et all. Sistema intensivo de suínos criados ao ar livre- Siscal: dimensionamento de um sistema. Comunicado Técnico No. 289. Embrapa Suínos e Aves. Agosto. 200. p. 1–5. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/58286/1/CUsersPiazzonDocuments289.pdf acessado em: 23/10/20. COTTA, T. Galinha Produção de Ovos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. COTTA, TADEU. Frangos de corte: criação, abate e comercialização. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2003. 2308p. DUARTE, Ricardo P.C onsiderações para melhoramento em bovinos de corte. Guaíba: Agropecuária, 2000. FERREIRA, Walter Motta et all. Manual prático de cunicultura. Bambuí -MG – Brasil 2012. 75 p. Disponível em: https://abwrsa.files.wordpress.com/2014/11/manual-prc3a1tico-de-cunicultura.pdf FIALHO, E. T. Alimentos Alternativos para Suínos. Editora UFLA, 2009. 232p. LIMA, J. A. F.; OLIVEIRA, A. I. G.; FIALHO, E. T. Produção de suínos. Lavras: UFLA - FAEPE, 2004. 199 p. MANÇO, Carolina. Pecuária orgânica leiteira. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura. 2017. 34 p. Disponível em: https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Pecuarie-Organica-Leiteira_web.pdf MARQUES, José Ribamar Felipe (Ed.) Búfalos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Embrapa Amazônia Oriental. Belém, PA. Brasília : Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 176p. (Coleção 500 Perguntas, 500 Respostas). Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/103213/1/500perguntasbufalos.pdf acessado em: 23/10/20 ROSTAGNO, H.S.; SILVA, D.J.; COSTA, P.M.A.; FONSECA, J.B.; SOARES, P.R.; PEREIRA, J.A.A.; SILVA, M.A. Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos. (Tabelas Brasileiras). Imprensa Universitária, UFV, Viçosa, Minas Gerais. 2005. 60 p. SEGANFREDO, M. A. Gestão ambiental na suinocultura. Brasília: EMBRAPA – CNPSA, 2007. 302 p. SILVEIRA, F.A.; MELO, G.A.R.; ALMEIDA, E.A.B . Abelhas brasileiras: sistemática e identificação. Belo Horizonte: Min. Meio Ambiente/Fund. Araraucária, 2002. 253 p. Sistema de Produção para Coelho. Belo Horizonte – MG. 1980. 16 p. (Sistema de Produção. Boletim no 258). Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/44392/1/Coelho.pdf VALVERDE, C.C. 250 Maneiras de Preparar Rações Balanceadas para Ovinos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 180ps.					

Cód.		Componente Curricular			
CON.0040		Cultivos de Base Ecológica II			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	50	10	60	72	5º módulo
Ementa					

Sistema de produção agroecológica de hortaliças e frutíferas; planejamento e implantação do pomar; método de formação de mudas; operações culturais (manejo, poda, condução, desbaste, raleio) nutrição e adubação do pomar; proteção das plantas; manejo e controle da mosca das frutas; colheita e pós colheita. informações sobre cultivo de frutíferas e olerícolas para região.
Área de Integração
- Sistema Agroecológico de Produção de Animais - Sociologia Rural
Bibliografia Básica
ANACLETO, Adilson; FUJIMURA, Cabral, Ana Carolina Bertelli; SILVA, Luciane Franco. Manual de horticultura orgânica. Do produtor ao consumidor. 1ª Edição. Paranaguá, 2017. 97p. CASTRO, R.C. P.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de fruteiras tropicais. Abacaxizeiro, maracujazeiro, mangueira, bananeira, cacaueiro. São Paulo: Nobel. 1998. 112 p. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura. São Paulo: Ceres. 3ª. edição. 2013. 421p PENTEADO, Silvio Roberto. Fruticultura orgânica: formação e condução. Viçosa: Aprenda Fácil... 2 ed. 2010. 309 p. SOUZA, Jacimar Luis de. Agricultura orgânica: tecnologias para a produção de alimentos saudáveis. Vitória, ES. Incaper, 2015. 3v.; 371 p. Disponível em: file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/BRT-livro-completo-agricultura-organica-jacimar.pdf
Bibliografia Complementar
ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 117 p. MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F de A. C. Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. MEDEIROS, Maria Alice de., et al. Princípios e práticas ecológicas para o manejo de insetos-praga na Agricultura. Brasília : Emater-DF, 2010. 44p. SIMÃO, Salim. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ. 1998. 760 p.

Cód.	Componente Curricular				
CON.0041	Sociologia Rural				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	26	04	30	36	5º módulo
Ementa					
Compreender as transformações do mundo do trabalho, considerando relação econômicas, políticas e movimentos sociais, em especial no meio rural; valorizar sua identidade e manifestações culturais, fortalecendo a integração social; ser tolerante diante da diversidade; respeitar as diferenças; perceber relações de poder, posicionando-se adequadamente; resolver conflitos a partir do diálogo; realizar procedimentos práticos, partir dos conceitos apreendidos.					
Área de Integração					
Cultivos de Base Ecológica II					

Bibliografia Básica
BRYM, R. J. et al. Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2015. OLIVEIRA, M. R. de. O desenvolvimento rural na agricultura familiar: discussões teóricas. Brasil: Simplíssimo, 2020. PEREIRA, S. A ação coletiva do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité-Ceará. São Paulo: Paco e Littera, 2015.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, H. M. de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. GIDDENS, A. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. MOREIRA, J. R. (org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio Janeiro: DP&A Editora, 2005. STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: UFSC, 2006. 346 p. WANDERLEY, M. de N. B. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Módulo 6

Cód.	Componente Curricular				
CON.0042	Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					
Animais domésticos, máquinas, implementos e ferramentas agrícolas. Os sistemas de funcionamento de máquinas e implementos agrícolas, e sua manutenção. Uso de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas considerando as normas de segurança.					
Área de Integração					
- Irrigação e Drenagem - Produção de Leite à Base de Pasto					
Bibliografia Básica					
MACHADO, A.L.T.; TILLMANN, C.A.C.; et al. Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes. Pelotas: UFPel, 1999. 315 p. SILVEIRA, G. M. Preparo de solo: técnicas e implementos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. SILVA, R. C. da. Máquinas e equipamentos agrícolas. 1ª ad. – São Paulo: Érica, 2014. ROSA, D. P. da. Dimensionamento e Planejamento de Máquinas e Implementos Agrícolas. Jundiaí, Paco Editorial, 2017.					
Bibliografia Complementar					

BALASTREIRE, L.A. **Máquinas Agrícolas**. São Paulo. Manole. 2005. SILVA, R. C. da. Máquinas e Equipamentos Agrícolas. 1ª ed. Editora ERICA, 2014.

ROMANO, L. N. Desenvolvimento de Máquinas Agrícolas - Planejamento, Projeto e Produção. 1ª ed. Ed. Edgard Blucher. 2013.

CAMPOS, S.H.C. **Mecanização Agrícola**. Barbacena – MG. Setor de Ensino Distância. 2011. 85p.

MONTEIRO, L. de A.; ALBIERO, D. **Operação e manutenção de tratores agrícola**. Leonardo de Almeida Monteiro e Daniel Albiero – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Laboratório de Investigações com Máquinas Agrícolas, 2012. Disponível em: <https://acidentestator.files.wordpress.com/2012/10/apostila-de-operac3a7c3a3o-e-manutenc3a7c3a3o-de-tratores-agrc3adcolas.pdf>. Acesso em 19/07 de 2020.

CASÃO JUNIOR, Ruy; ARAUJO, Augusto Guilherme de; LLANILLO, Rafael Fuentes. Evolução Tecnológica das semeadoras de Plantio Direto no Brasil. Revista Plantio Direto, Passo Fundo-rs, v. 112, n. 1, p.1-3, ago. 2009.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0043		Produção de Leite à Base de Pasto			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					
A pecuária de corte e leite no Brasil e no mundo; o mercado de produtos lácteos, aspecto relacionados à produção e à composição do leite; principais raças exploradas no Brasil manejo geral do rebanho (cria, recria, engorda); manejo de ordenha; manejo reprodutivo alimentação de bovinos; melhoramento genético de bovinos; instalações e manejo de bovinos.					
Área de Integração					
• Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas • Tecnologia de Alimentos					
Bibliografia Básica					
BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. Nutrição de ruminantes. Rio de Janeiro: Finep (Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão), 2006, 583 p. CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: Manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000. 183 p. FERREIRA, R. P. Cultivo e utilização da alfafa em pastejo para alimentação de vacas leiteiras. Brasília, DF: EMBRAPA, 2015. 160 p. NEIVA, A.C.G.R., NEIVA, J.N.M. Do Campus para o Campo: tecnologias para a produção de leite. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 320 p. TRONCO, V. M. Manual para a inspeção da qualidade do leite. 5 ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013. 294 p.					
Bibliografia Complementar					

SILVA, J.C.P M. **Raças de gado leiteiro**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 149 p.

SILVA, J. C. P. M. **Manejo para maior qualidade do leite**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 181 p.

FERREIRA, R. P. **Cultivo e utilização da alfafa em pastejo para alimentação de vacas leiteiras**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2015. 160 p.

SILVA, J. C. P. M. **Principais Doenças em Bovinos**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 184 p.

SILVA, J. C. P. M. **Bem estar do gado leiteiro**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 126 p.

SILVA, J. C. P. M.; VELOSO, C. M. **Manejo de vacas leiteiras a pasto**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 170 p.

SILVA, J. C. P. M. **Melhoramento genético do gado de leite**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 111 p.

Cód.		Componente Curricular			
CON.0044		Irrigação e Drenagem			
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	6º módulo
Ementa					
Introdução a Irrigação; qualidade da água e água no solo; relação solo-água-planta; equipamentos, materiais e sistemas de irrigação; drenagem; canais de drenagem; uso da energia renovável na captação da água.					
Área de Integração					
• Motores, Máquinas e Implementos Agrícolas					
Bibliografia Básica					
BERNARDO, S. et. al. Manual de irrigação . 8. ed. Viçosa: UFV, 2009. 545 p. FARIA, M.A. et. al. Microirrigação: gotejamento e microaspersão . Maringá: Eduem, 2012. 356 p. MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F.: Irrigação Princípios e Métodos . 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2009. 355 p. TUBELIS, A. Conhecimentos práticos sobre clima e irrigação . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 215 p.					
Bibliografia Complementar					
ALBUQUERQUE, P. E. P. et. al. Uso e manejo de irrigação . Sete Lagoas: Embrapa, 2008. 528 p. BARRETO, A.N. Irrigação e drenagem na Empresa Agrícola . Aracaju: Embrapa, 2004. 417. p. FERREIRA, V.M. Irrigação e drenagem , Florianópolis: EDUFPI, 2011, 126p. PRUSKI, F. F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica . Viçosa: UFV, 2009. 279 p. VILLAMAGNA, D. R. Irrigação eficiente . Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2016. 193 p.					

Cód.	Componente Curricular
------	-----------------------

CON.0045	Cooperação e Cooperativismo				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	36	04	40	48	6º módulo
Ementa					
Cooperação, economia solidária e cooperativismo; O surgimento da doutrina cooperativista; Panorama das cooperativas no mundo e no Brasil; A doutrina cooperativista e a simbologia do cooperativismo; A gestão nas cooperativas; Representação do sistema cooperativo; Os objetivos do cooperativismo; Sistemas cooperativos brasileiros; Formação das cooperativas; As assembleias; Estatuto Social, órgãos de administração e fiscalização da cooperativa; Registros, documentação e subsistência financeira das cooperativas; Direitos, deveres e desenvolvimento intelectual dos cooperados; Atos cooperativos e não cooperativos, resultados e fundos obrigatórios; Cooperativas regionais.					
Área de Integração					
Tecnologia de Alimentos					
Bibliografia Básica					
ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo . Rio de Janeiro: Interciência, 2004. OLIVEIRA, D. P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática . 6 ed, São Paulo: Atlas, 2012. SILVA, M. M. Governança de sociedades cooperativas: Uma visão prática . São Paulo: Fontenele Publicações, 2019. 304 p. VEIGA, S. M.; FONSECA, I. Cooperativismo uma revolução pacífica em ação . Rio de Janeiro: DP&A, 2001.					
Bibliografia Complementar					
BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil . Brasília: DENACOOP, 2006. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil . Brasília: DENACOOP, 2006. FROELIC, H. J. M.; DIESEL, V. (Orgs.). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . Ijuí: Unijui, 2006. GUALHARDO, J. H. da S.; LINS, P. G. Cooperativismo Lei 5.764/71: Lei da Política Nacional de Cooperativismo acompanha a LC 130/2009 e a Lei 12.690/2012 . Brasília: Juruá, 2014. 70 p. LIMA, C. C.; QUINTINO, S. M. O Cooperativismo e a Gestão Agropecuária: Reflexões acerca que envolvem a agricultura familiar em Rondônia . Clube de Autores, 2013. 94 p. MONZONI, M. Impacto em renda do microcrédito . São Paulo: Petrópolis. 2008.					

Cód.	Componente Curricular				
CON.0046	Tecnologia de Alimentos				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
	34	06	40	48	6º módulo
Ementa					

Introdução ao estudo da tecnologia de alimentos, métodos de conservação, alterações decorrentes de processamentos de matérias-primas animais e vegetais (frutas e hortaliças, leite derivados, carnes, cereais, raízes e oleaginosas).
Área de Integração
• Produção de Leite à Base de Pasto • Cooperação e Cooperativismo
Bibliografia Básica
CRUZ, G. A. Desidratação de alimentos: frutas, vegetais, ervas, temperos, carnes, peixes, nozes, sementes. 2. ed. São Paulo: Globo, 1990. FELLOWS, P.J. Tecnologia do processamento de alimentos - Princípios e prática. 2ª edição. Artmed: Porto Alegre, 2006. GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1998. ORDONEZ, J.A. e col. Tecnologia de Alimentos. Vol. 1 - Componentes dos alimentos e processos. Artmed: Porto Alegre, 2005. ORDONEZ, J.A. e col. Tecnologia de Alimentos. Vol. 2 - Alimentos de origem animal. Artmed: Porto Alegre, 2005.
Bibliografia Complementar
ANDRADE, Ana Paula Colares de. Tecnologia dos alimentos. Rio de Janeiro: SESES, 2018 CHITARRA, M. I. F. CHITARRA, A.B. Pós colheita de frutos e hortaliças: Fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990. CONWAY, G. (Org.). Uma agricultura sustentável para a segurança alimentar mundial. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI; Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1998. 68 p. JACKIX, M. H. Doces, geleias e frutas em calda: teórico e prática. Campinas: Ícone, 1988 NESPOLO, Cássia Regina...[et al.]. Práticas em tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Optativa

Cód.	Componente Curricular				
CON.0047	Língua Brasileira de Sinais				
Carga horária (HR*)				Carga Horária (Hora aula)**	Período Letivo
EaD	Teórica	Prática	Total		
-	40	-	40	48	Optativo
Ementa					
Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico.					
Área de Integração					
Bibliografia Básica					

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo, Summus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 160p.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Editora: Ciranda Cultural, 2010.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: Uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos**: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**.

BRASIL. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC www.dicionariolibras.com.br

BRASIL. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC: www.ines.org.br/libras; www.feneis.com.br e www.surdosol.com.br

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras**: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume I

\ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

COUTINHO, Denise, **Libras e Língua Portuguesa** (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed. Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010.

* Hora relógio.

** Hora aula de 50 minutos.

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias

Este curso não prevê certificações intermediárias.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Este curso não prevê Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

9. PRÁTICA PROFISSIONAL

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Além de contemplar a realização de estágio curricular supervisionado não obrigatório e de práticas interdisciplinares, tais atividades podem ser:

I - Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;

Simulações de situações-problema;

Estudos de caso;

Investigação sobre atividades profissionais;

Seminários;

Projetos de pesquisa e/ou extensão;

Visitas técnicas;

Outras.

II - Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

9.1 Prática Profissional Supervisionada

A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

A prática profissional supervisionada será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as

quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

De acordo com a Organização Didática do IFRR, a prática profissional da deverá ser caracterizada por meio de atividades presenciais, tais como:

I. Prática na Educação Profissional: compreende diferentes situações de vivência, de aprendizagem e de trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, as quais compreendem:

- a) Experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como empresas pedagógicas, oficinas, laboratórios e outros;
- b) Simulações de situações-problema;
- c) Estudos de caso;
- d) Investigação sobre atividades profissionais;
- e) Seminários;
- f) Projetos de pesquisa e/ou extensão;
- g) Visitas técnicas;
- h) Outras.

II. Prática Profissional Supervisionada: configura-se como prática profissional em situação real de trabalho a atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, devendo ser proposto a partir da verificação das possibilidades de sua efetivação e em conformidade com a realidade do entorno social e disponibilidade do corpo docente.

O estágio supervisionado não obrigatório somente poderá ser realizado em Instituição que tenha condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estudante. Deverá ficar sob a responsabilidade dos setores de extensão do campus e das Coordenações de Curso a indicação da supervisão do acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado.

9.2 Estágio Profissional Supervisionado

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 292/2017 e Organização Didática em vigência.

9.3 Projetos

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Os projetos integradores deverão ser articulados com a pesquisa e/ou a extensão, de modo que possam contribuir para a prática profissional. Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão. Os docentes titulares dos componentes curriculares serão responsáveis pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas pelos discentes.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

9.4 Prática Profissional Integrada

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nas diferentes disciplinas do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

A PPI será articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes curriculares. Nesse contexto, a PPI será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A integração entre teoria e prática perpassa toda a concepção do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio. Logo, o planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

A organização dessas atividades práticas no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao Ensino Médio prevê que deve ocorrer a cada semestre, correspondendo a, pelo menos, a construção de um projeto onde os estudantes deverão aplicar todos os conhecimentos adquiridos até então no desenvolvimento de uma aplicação.

10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)

A realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) para fins de integralização no curso não estão previstas.

11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

As atividades didático pedagógicas de caráter interdisciplinar, multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, registradas nos planos de ensino dos docentes, serão desenvolvidas com objetivo de organizar a relação entre teoria e prática a fim de solidificar a aprendizagem técnica e o enriquecimento sociocultural dos estudantes. Além das aulas regulares, entre as atividades que serão desenvolvidas, estão previstas atividades práticas; visitas técnicas; eventos (palestras, seminários, minicursos e oficinas) de cunho científico, cultural, social e esportivo.

Atividades integradas com outros Componentes Curriculares/Área de Conhecimento/Eixo Tecnológico serão realizadas por meio de Projeto Integrador, considerando uma proposta de atuação pedagógica interdisciplinar, ou mesmo multidisciplinar, pluridisciplinar ou transdisciplinar, que se proponham aos fins pedagógicos dos componentes curriculares, possibilitando a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos e a inter-relação entre os conteúdos, conforme preconiza o Artigo 6º e Artigo 25, § 3º da Organização Didática (Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023) e o PDI 2024-2028, que têm a interdisciplinaridade como um dos princípios educacionais da Instituição.

Para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no perfil profissional de conclusão do curso, o docente poderá utilizar da combinação de várias estratégias metodológicas, que proporcionem atividades reflexivas, coletivas, individualizadas e problematizadoras, tais como: aulas expositivas e dialogadas, com uso dos recursos audiovisuais adequados; pesquisas de caráter bibliográfico, para enriquecimento e subsídio ao conjunto teórico necessário à formação dos estudantes; aulas práticas mesmo em disciplinas de caráter mais teórico, tanto para consolidação dos conteúdos apresentados, como para o estímulo à capacidade de experimentação e observação dos alunos; estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise, contextualização e crítica; estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem; dinâmicas de grupo e jogos de empresa, para simular, de modo lúdico, desafios a serem enfrentados no ambiente empresarial; participação, como ouvinte e ou organizador, em eventos acadêmicos que estimulem a capacidade de planejamento e organização, bem como a competência para a expressão oral e escrita; avaliações de caráter prático, que colaborem com o processo de ensino-aprendizagem e indiquem necessidades de ajustes no processo; além de atividades complementares, que enriqueçam a formação e acrescentem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à formação.

Tais estratégias devem estimular o trabalho cooperativo, facilitar a aprendizagem por meio da interação entre os estudantes, integrando novas informações num conhecimento já existente, ou mesmo, de forma cooperativa desenvolvendo novas formas de aprender e ensinar.

Entre as metodologias ativas que podem ser utilizadas, podemos destacar: a sala de aula invertida; gamificação ou educação baseada em jogos; aprendizado por problemas; aprendizado por projetos; design thinking, cultura maker; seminários e discussões.

A seleção das estratégias metodológicas dependerá da característica do componente curricular e será prevista no plano de ensino, de forma que o processo de ensino favoreçam o conhecimento obtido de forma individual e em grupo e que potencialize todas as possibilidades

do desenvolvimento de uma aprendizagem contextualizada e significativa, visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

12. ATIVIDADES A DISTÂNCIA

Este curso será desenvolvido de forma presencial, contudo o componente curricular de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS será ofertado na modalidade EaD. A carga horária destinada a EaD, referente ao componente curricular citado, será de 40 horas, o que corresponde a 3,22% da carga horária total do curso.

Os componentes serão ofertados em EaD, sendo que 20% da carga horária poderá ser utilizada para atendimentos presenciais individuais e/ou coletivos, como aula presencial, revisão/reforço e/ou ainda atividades práticas. A oferta será realizada pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, na plataforma *Moodle*.

Neste sentido, ficarão disponíveis os conteúdos e atividades avaliativas, correspondente à carga horária do componente curricular. Da mesma forma será utilizado o SUAP para o registro das aulas e notas nos diários correspondentes ao componente.

O planejamento, bem como a descrição das atividades dos momentos não presenciais, deverá constar no Plano de Ensino do componente curricular ofertado na modalidade EaD, de forma clara e precisa, especificando a carga horária à distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento individualizado aos estudantes.

13. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2024 a 2028 (PDI IFRR 2024-2028).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 9.3 Projetos.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho de Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

14. APOIO AO DISCENTE

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de alunos, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- no combate à retenção e à evasão;
- no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- no suporte ao planejamento docente; e
- no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

14.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais

O apoio ao discente com necessidades educacionais especiais será realizado pela Coordenação de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais (CAPNE), que é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das CAPNE's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As competências da CAPNE incluem:

- I. Ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), em horário oposto ou alternado ao horário regular das aulas, aos estudantes público-alvo da educação especial com o objetivo de complementar/suplementar a formação com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras, as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.
- II. Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do estudante, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Propiciar o envolvimento da família do estudante público-alvo da educação especial nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- IV. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFRR no ensino regular, em consonância com a legislação vigente;
- V. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e da sociedade civil;
- VI. Requerer percentual mínimo de destinação orçamentária para os *campi* para garantir o desenvolvimento das ações das CAPNEs;
- VII. Gerir a aplicação do orçamento de custeio e do investimento disponibilizados definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Articular com os diversos setores da Instituição os procedimentos relativos à consolidação da inclusão de pessoas com NEE, definindo prioridades de ações, contratações e compras.
- IX. Solicitar à Direção-Geral do *campus*, por intermédio da Diretoria/Departamento de Ensino, a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos estudantes público-alvo da educação especial, bem como parcerias com outras instituições que possibilitem a estruturação de equipes de apoio educacional especializado;
- X. Assessorar o professor de AEE na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado de cada estudante.
- XI. Acompanhar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio do recebimento mensal dos relatórios de atendimento de cada estudante.
- XII. Zelar pela organização curricular que atenda às necessidades especiais de cada estudante, de modo que contemple a adequação de métodos, técnicas e recursos educativos que promovam a acessibilidade curricular e tecnológica e garanta a sua participação nas atividades acadêmico-científicas e culturais.
- XIII. Assessorar nas ações referentes aos projetos de ensino, pesquisa e de extensão na área da Educação Especial;
- XIV. Participar de reuniões de ensino com demandas referentes aos estudantes público da educação especial;
- XV. Participar das Comissões de Processos Seletivos quanto às adaptações necessárias aos candidatos que apresentem necessidades educacionais especiais, quando solicitado;
- XVI. Solicitar ao Diretor Geral providências quanto aos atendimentos biopsicossociais aos estudantes quando o *campus* não dispuser de profissionais para tais.

- xvii. Orientar, em articulação com os setores pedagógicos, os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para os componentes curriculares, bem como a reestruturação de suas práticas didáticas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os estudantes com deficiência, com Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/Superdotação.
- xviii. Orientar, por meio de documento, os gestores quanto às ações referentes às barreiras arquitetônicas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- xix. participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GTAE).

Esse conjunto abrangente de diretrizes e ações objetivam promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional. Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, a CAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- i. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- ii. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- iii. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

14.2 Assistência Estudantil

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- i. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- ii. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- iii. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- iv. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- v. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- vi. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- vii. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- viii. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- ix. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- x. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Avançado Bonfim oferece aos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante ao ensino médio:

I. Programa de Auxílio Alimentação;

O *campus* conta ainda, com ações realizadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e sua equipe integrada pelos profissionais da Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica, composta por Técnicos em Assuntos Educacionais.

14.3 Apoio Pedagógico

Para subsidiar o planejamento das ações dos *campi*, estão previstas na Resolução CONSUP/IFRR nº 477/2019, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e o êxito dos estudantes.

A Coordenação do Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus.

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

15. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TDICs em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do Campus, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

Além disso, para oferta do Componente Curricular de Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação auxiliarão na realização das atividades síncronas e/ou assíncronas, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

16. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2023).

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído da seguinte forma:

- i. Diretoria/Departamento de Ensino, que o presidirá;
- ii. Coordenação de curso;
- iii. Setor Pedagógico;
- iv. Equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante;
- v. Docentes da turma;
- vi. Estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- i. Toda a turma de estudantes;
- ii. Com determinado grupo de estudantes; ou
- iii. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do período letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no módulo atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- i. Apresentar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem, à relação docente/estudante, ao relacionamento entre os próprios estudantes, e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;

- ii. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- iii. Despertar nos docentes e estudantes o hábito de reflexão, análise e autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- iv. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- v. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

17. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

17.1 Do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

i. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:

- a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
- b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;

ii. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:

- a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
- b) É interna ao processo e centrada no estudante;
- c) Também tem caráter diagnóstico;
- d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;

iii. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:

- a) Fornece resultados de aprendizagem;
- b) Subsidiar o planejamento do ensino para a próxima etapa;
- c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- i. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- ii. Projetos;

- III. Estudo de caso;
- IV. Painéis integrados;
- V. Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI. Exercícios;
- VII. Questionários;
- VIII. Pesquisa;
- IX. Dinâmicas;
- X. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI. Prática Profissional;
- XII. Relatórios;
- XIII. Portfólio;
- XIV. Atividade prática;
- XV. Jogos pedagógicos;
- XVI. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I. Somativa;
- II. Média aritmética simples;
- III. Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média anual/modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Os *campi* do IFRR deverão oferecer recuperação, com a finalidade de garantir o êxito acadêmico. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com

base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante a série/módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta totalmente presencial;
- Oferta com no mínimo 20% (vinte por cento) da carga horária do componente curricular na forma presencial e 80% a distância para os estudantes de 1º e 2º anos;
- Oferta totalmente a distância para os estudantes de 3º ano e para aqueles que se encontram com pendência para conclusão do Ensino Médio, desde que atenda às exigências da modalidade EaD.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DEPEI), a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada semestre será realizado o Conselho de Classe, com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

17.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado>Registro

acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;
- II. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de Ensino e/ou Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

- I. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- II. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para solicitação de aproveitamento e outras situações excepcionais serão regidas conforme normativas nacionais e do IFRR.

17.3 Procedimentos de avaliação do curso

A avaliação do curso será realizada ao fim de cada ciclo de oferta, e terá como parâmetro os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IFRR, conforme exposto no PDI 2024-2028 (IFRR, 2024), além do perfil profissional do curso e do egresso e dos objetivos geral e específicos do curso expostos neste PPC.

A realização dessa avaliação compreenderá a análise das práticas no desenvolvimento do curso e o processo de retroalimentação para o currículo em busca da qualidade de sua oferta educacional, e sua realização ficará a cargo da Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, em data prevista no Calendário Acadêmico.

Para realização dessa avaliação, os estudantes do Curso responderão, por meio da aplicação de instrumentos próprios do *campus*, perguntas referentes aos componentes curriculares e atividades acadêmicas específicas do curso; à avaliação do corpo técnico e do corpo docente do curso; à avaliação dos espaços educativos (sala de aula, laboratórios, biblioteca e ambientes didáticos); e à autoavaliação do estudante. Considerar-se-á, dessa forma, o sistema polidimensional que inclui a avaliação da aprendizagem do discente, a avaliação das estratégias de ensino, e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso e do currículo.

O instrumento de avaliação aplicado aos estudantes deverá ser previamente encaminhado à DEPEI, que o analisará e homologará, devendo, após sua aplicação, ser elaborado relatório de avaliação de curso pela Coordenação do Curso, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica do *campus*, no qual serão consolidados os resultados referentes às dimensões supracitadas e que, posteriormente, também deverá ser encaminhado à DEPEI, a fim de subsidiar ações a serem realizadas conforme os resultados verificados.

17.4 Sistema de Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve ser entendida como um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, se analisa internamente, objetivando relacionar o que realmente é com o que deseja ser, assim como avaliar as suas realizações, o modo como se organiza e atua.

É um processo contínuo que objetiva a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos da instituição, para que eles subsidiem os planos institucionais de curto e médio prazos e, com isso, haja mudanças que resultem em melhorias efetivas.

A autoavaliação institucional obedece aos princípios norteadores da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes para garantir o processo nacional de avaliação das IES e dos cursos de graduação e da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, o IFRR constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão responsável por conduzir o processo de autoavaliação institucional, que tem autonomia em relação aos demais conselhos e colegiados.

A CPA é constituída por uma Comissão Própria de Avaliação Central, à qual compete a coordenação geral das atividades e se localiza na Reitoria, e por Comissões Setoriais de Avaliação Locais (CSAs), sendo uma em cada *campus*.

Além da Lei nº 10.861/2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051/2004, a CPA fundamenta o seu processo avaliativo no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Sua atuação se embasa na concepção de avaliação como processo permanente de construção e consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se

identifique e se comprometa.

A CPA e as CSAs são compostas por membros das comunidades interna e externa. Os integrantes da comunidade interna são eleitos por seus pares, sendo 2 (dois) representantes docentes, 2 (dois) representantes estudantis e 2 (dois) representantes dos técnicos administrativos. Quanto à comunidade externa, há dois (dois) representantes da sociedade civil organizada, que são indicados pelos dirigentes de suas organizações. Para cada membro titular da CPA existe um membro suplente do mesmo segmento.

A CPA atua em conjunto com as CSAs, que têm a atribuição de desenvolver o processo de autoavaliação, particularmente o trabalho de sensibilização da comunidade acadêmica e de divulgação a esta de todo o processo.

18. POLÍTICAS DE INCLUSÃO

18.1 Política de Educação para os Direitos Humanos

A Educação para os Direitos Humanos tem como princípio a formação omnilateral, ou seja, para o mundo de trabalho e vida em sociedade a para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regional, nacional e internacional.

Em seu planejamento, o IFRR busca incluir atividades, políticas e programas educacionais visando ofertar uma educação fundamentada nos princípios da equidade e inclusão social, tendo em vista a garantia dos Direitos Humanos.

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, as atividades relativas à Educação para os Direitos Humanos estão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

No componente curricular de Cultura, Política e Sociedade, no módulo 3 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de ensino.

18.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais

Conforme a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004).

A Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnicoracial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Agroecologia Concomitante, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares.

A inclusão dessa temática promoverá a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano e nos sistemas de ensino, que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de

qualidade de todos e todas.

No componente curricular de Cultura, Política e Sociedade, no módulo 3 do curso, será realizada a abordagem dessa temática, por meio de um projeto de ensino.

Para contribuir ao atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas.

Conforme estabelece a Resolução nº 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

18.3 Política de Educação Ambiental

As ações de educação ambiental destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade — ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política — ao desenvolvimento do país. Essas ações têm a intenção de oferecer melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e da participação social na proteção e na conservação ambiental e na manutenção dessas condições a longo prazo. Essas ações serão inseridas no curso de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares.

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade, objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante mediante a realização de atividades a serem inseridas forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental. Nos componentes curriculares Desenvolvimento Sustentável à Agroecologia e Anatomia e Fisiologia dos Animais, no módulo 1 do curso será realizado um projeto integrado para abordagem dessa temática.

18.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A compreensão da educação como um direito de todos e do processo de inclusão educacional, numa perspectiva coletiva da comunidade acadêmica, reforça a necessidade da construção de institutos inclusivos que contam com redes de apoio à inclusão social.

O *Campus* Avançado Bonfim atende o que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. E ainda atende ao estabelecido no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, promovendo acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, desde o processo de seleção até o acompanhamento do egresso.

No contexto da educação inclusiva, recomenda-se que o ponto de partida seja as particularidades do estudante, com foco em suas potencialidades. A proposta curricular é uma só para todos os estudantes, porém, é imprescindível que as estratégias pedagógicas sejam diversificadas, com base nos interesses, habilidades e necessidades de cada um. Só assim se torna viável a participação efetiva, em igualdade de oportunidades, para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Algumas tecnologias assistivas poderão ser incluídas no processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de proporcionar maior autonomia no atendimento aos estudantes que delas necessitarem. Será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agroecologia Concomitante do *Campus* Avançado Bonfim o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD). Esse tratamento inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;

VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do *campus* e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o *campus* pretende implantar uma Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE).

A CAPNE tem por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica transdisciplinar, no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e inovação que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000 e nº 13.146/2015 bem como do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

Dentre as atividades de acompanhamento, pode-se destacar:

I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;

II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo; e

III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando.

19. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO

O quadro de servidores docentes é composto por 17 (dezessete) professores, todos pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), em regime de dedicação exclusiva e com formação específica, segundo as áreas de atuação, os níveis de ensino e os cursos a serem implantados, de acordo com os seus respectivos planos e propostas curriculares.

Essas funções também poderão ser exercidas por profissionais que não pertençam ao quadro de servidores da Rede Federal, através de edital de processo de seleção pública simplificada e da comprovação da capacidade técnica e formação adequada para o desempenho das respectivas atribuições. A quantidade, os critérios e requisitos para seleção desses profissionais serão definidos nos editais específicos do IFRR.

a. Corpo Docente

Nº	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Claudete Correa dos Santos	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Administração		40h - DE
02	André Ferreira Silva	Zootecnia		Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
03	Antonieli Almeida de Castro	Análise e desenvolvimento de Sistemas				40h - DE
04	Daiane Machado Sá	Ciências Econômicas	Especialista em Docência no Ensino Superior			40h - DE

05	Eliselda Ferreira Corrêa	Agronomia		Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia		40h - DE
06	Jéssica Carolina Faversani	Agronomia		Mestrado em Ciência do Solo		40h - DE
07	Karla Cristina Tabosa Machado	Ciência da Computação	Especialista em Ciência de Dados	Mestrado em Bioinformática		40h - DE
08	Lysne Nozenir de Lima Lira	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em Lato Sensu Filosofia da Educação; Especialista em Licenciatura Plena em Historia; Especialista em Licenciatura Plena em Filosofia Geral; Especialista em MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Especialización en Educación Internacional; e Especialista em Planejamento, Inovação Gestão Práticas Educativas.	Mestrado em Educação		40h - DE
09	Lucas Socoloski Gudolle	Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; e Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	Mestrado em Administração	Doutorado em Informática na Educação	40h - DE
10	Raimundo de Almeida Pereira	Agronomia	Especialista Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Mestrado em Agronomia		40h - DE
11	Roseane Machado Sá Viana	Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças			40h - DE
12	Rogério Pinto de Sousa	Graduação em Letras - Inglês	Especialista em em Gênero e Diversidade na Escola; Especialista em em Educação do/no Campo	Mestrado em Linguística		40h - DE
13	Rommel Rocha de Sousa	Graduação em Engenharia de Pesca		Mestrado em Engenharia de Pesca	Doutorado em Engenharia de Pesca	40h - DE

14	Sandra Milena Palomino Ortiz	Graduação em Letras - Espanhol; Graduação em Licenciatura Plena em Letras Habilitação Inglês; Graduação em ECONOMIA	Especialista em Diplomado en Pedagogía y didáctica para la enseñanza de español como lengua; Especialista em Psicopedagogia;	Mestrado em Letras		40h - DE
15	Severino Manuel da Silva	Graduação em Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
16	Stéfano Maleski	Comércio Exterior	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Gerenciamento de Projetos	Doutorado em Administração	40h - DE
17	Tiago Santos Barreto Thomaz	Graduação em Processos Gerenciais; Graduação em Administração; Graduação em Gestão de Recursos Humanos;	Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente; Especialista em Psicologia do Trabalho	Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional		40h - DE

O quadro de servidores das equipes técnico-pedagógicas e técnico-administrativas do *campus* é composto por 14 (quatorze) servidores, distribuídos entre cargos de nível médio e superior.

b. Equipe Técnico-Pedagógica

Nº	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Maria Eliana Lima dos Santos	Graduação em PEDAGOGIA;	Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Adm., Orien. e Supe; Especialização em ACESSORAMENTO A GESTÃO DE IFES	Mestrado em Educação		40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Graduação em LICENCIATURA PLENA EM QUIMICA	Especialização em GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química			40h
03	Holtton Bruno Schuertz Alves	Graduação em Ciências Biológicas;	Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	Mestrado Profissional em Educação Profissional e tecnológica		40h

c. Corpo Técnico-administrativo

Nº	TÉCNICO	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA

			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Antonio Evaldo Soares	Técnico em Audiovisual		Comunicação Social - Jornalismo	Gestão Pública	Educação Agrícola		40h
02	Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração		Direito	Direito Público Aplicado			40h
03	Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	Assistente em Administração; Secretariado;	Comércio Exterior; Relações Internacionais	Gestão Empresarial; Gestão Pública			40h
04	Edineide Cristina Alexandre de Souza	Técnico em Laboratório		Química		Química	Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	40h
05	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno		Tecnologia em Gestão Pública				40h
06	Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais		Graduação em licenciatura em computação-EAD; Graduação em Pedagogia;	Especialização em docência do ensino superior			40h
07	Maria Caroline Romao de Souza			Graduação em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica	Mestrado em Educação		40h
08	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno		Graduação em Psicologia	Especialização em Especialização em Saúde mental e Atenção Psicossocial; Especialização em psicologia hospitalar e da saúde			40h
09	Paulo César Sampaio da Silva	Assistente Administrativo		Graduação em Administração	Especialização em PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA			40h
10	Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública		Tecnologia em Gestão Pública				40h
11	Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista						30h

20. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Agroecologia Concomitante com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos alunos, as instalações do Campus estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 5 e 6 a seguir.

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim

AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
Ambiente Pedagógico	Biblioteca
	Laboratório de Informática
	Laboratório móvel
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m², divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo. O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

21. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios previstos na matriz curricular, e alcançar a média mínima de 6,0 (seis) para aprovação, com frequência mínima de 75%, será conferido o Diploma de Técnico em Agroecologia.

22. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. Aprovado por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 292, de 5 de maio de 2017**. Aprova o regulamento geral para realização de estágio curricular supervisionado dos cursos do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 432, de 12 de fevereiro de 2019**. Aprova regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 434, de 18 de fevereiro de 2019**. Aprova o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 477, de 30 de outubro de 2019**. Aprova o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 608/2021, de 26 de outubro de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento dos Egressos (PAE) do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, de 10 de maio de 2022**. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 682/2022, de 16 de julho de 2022**. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 716, de 4 de janeiro de 2023**. Organização Didática do IFRR.

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 772, de 25 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das Coordenações de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

IFRR. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFRR nº 781, de 20 de março de 2024**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Niira Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A)** - CD1 - IFRR, em 01/08/2024 08:10:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 290552

Código de Autenticação: 8c13e78de2

